



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 2/2022

Sessão Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2022

ATA N.º 2/2022

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes e secretariada por Maria de Lurdes Liberato e M. Clotilde A. Barata.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros João Carlos Leitão, Jorge Garcez, Cristina Guedes, Diogo Cerdeira, Liliana Domingues, Susana Salvado e Tiago Monteiro, que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros José Miguel Pinto, Ricardo Silva, Sónia Reis, Pedro Bento, Carla Mabel Pais, Júlio Padez e Leonor Lopes. Faltaram ainda os membros Cláudia Pereira e Hélder Salvado. O Presidente da Junta de Freguesia de Três Povos foi substituído pelo seu representante legal, no caso Maria da Ascensão Afonso. Não faltou nenhum elemento do executivo.

Constatada a existência de quórum para o funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

ORDEM DE TRABALHOS

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

- Aprovação da ata nº1 (25-02-2022);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

- 1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara**, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- 2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021”** nos termos do disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º. Da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

3. Apreciação e votação da **Proposta** - “**Aprovação da alteração da Estrutura Orgânica do Município do Fundão**” *nos termos do disposto na alínea m) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
4. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Transferência de competências para as Autarquias – Ação Social – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 18 de Agosto;**
5. Apreciação e votação da **Proposta** - “**Aprovação da delegação de competências na área da Educação**”;
6. Apreciação e votação da **Proposta** - “ **Aprovação da Constituição do Conselho Municipal de Educação do Concelho do Fundão, nos termos propostos pela Câmara Municipal** ”, *ao abrigo do disposto no artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal de Educação e artigo 58º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro;*
7. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação do Município do Fundão**” *nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;*
8. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) da Aldeia Histórica de Castelo Novo**” *nos termos do disposto na alínea h) do nº12 do artº. 25º. Da Lei 75/2013, de 12 de setembro;*

Propostas para conhecimento

9. **Programa de resposta à Covid 19 – Aprovação da minuta da 5ª.adenda ao protocolo de colaboração a celebrar entre o Município do Fundão e outras entidades – Anos 2021 e 2022.**

Presidente da Mesa – Cumprimentou todos os presentes e disse que queria desde já expressar um voto de pesar pelo falecimento recente do Dr. Manuel Correia que foi membro desta Assembleia entre os anos 2002 a 2006 e provedor da Santa Casa de Misericórdia do Fundão durante muitos anos. Colocado a votação foi aprovado por unanimidade e guardado de imediato 1 minuto de silêncio em sua memória. O Senhor Presidente da mesa comunicou que este voto de pesar, em nome da assembleia Municipal, irá ser transmitida à família. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou a discussão a ata nº 1/2022. O membro José Pina informou que tinha uma ligeira alteração a fazer na ata, questão de pormenor que iria remeter posteriormente. Colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

José Miguel Pinto – Cumprimentou os presentes e apresentou um voto de louvor à Dra. Henriqueta Forte, recentemente aposentada, que se junta à presente ata como **Anexo 1.**

José Pina – Após os cumprimentos fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 2**.

Pedro Mesquita - Depois de cumprimentar todos disse que é com desconforto que assistimos a um agravar do problema de poluição que atinge a barragem de Santa Águeda, na Marateca, que, embora pertença ao concelho de Castelo Branco, não podemos ignorar o facto de esta abastecer milhares de cidadãos de outros concelhos, como o Fundão, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. As mais recentes denúncias expõem a má qualidade da água e consequente envenenamento dos animais que ali habitam, sendo possível testemunhar, por exemplo, peixes e patos mortos a boiar junto às margens. Não corremos o risco de assumir uma postura paradoxal ao descrevermos a zona da Beira Baixa como refúgio natural, em que há a fusão entre quem a visita, com a natureza e tudo aquilo que a caracteriza, quando todos os anos, somos confrontados com situações semelhantes e acaba por não se verificar uma resolução. Estamos a falar de um crime ambiental e de uma questão de saúde pública que afeta um grande número de localidades. É urgente proceder à análise das águas, tornar esses resultados públicos e também confirmar a origem do problema, porque todos os que estamos aqui hoje reconhecemos que, após se ter acentuado a exploração agrícola naquele local, registou-se também uma deterioração da salvaguarda do local e da qualidade água que abastece a população. É da competência local preservar a biodiversidade, garantir o bem-estar das pessoas.

Sónia Reis – Cumprimentou os presentes e apresentou uma Recomendação que se junta à presente ata como **Anexo 3**.

Guilherme Freches - Após os cumprimentos fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 4**.

Rogério Hilário - Cumprimentou a mesa e todos os presentes e disse que a sua intervenção provavelmente pode traduzir alguma preocupação, mas tem de aqui, partilhar uma informação e ao mesmo tempo, aquilo que é uma preocupação. O membro Guilherme Freches acabou de trazer aqui algumas consequências objetivas daquilo que são os tempos que estamos a passar, mas quer também partilhar algo que é importante. Portugal tal como a Europa está e vai passar um mau bocado e isto também tem a ver muitas vezes com políticas que deveriam estar ativas, deviam ter sido trabalhadas antes disto poder chegar ou pelo menos ter um amortecedor antes de acontecer. Primeiro que tudo dizer que a inflação não é nada de novo, a inflação já no ano passado, nos meses de Maio/Junho estava a ser injetada na indústria, as matérias-primas já tinham vindo a descer, poderemos dizer que são razões da pandemia, a inflação está a chegar a nós, acresce um bocadinho também aquilo que é a guerra, que veio condicionar muito mais a perspetiva de podermos agir. Depois, se os economistas lhe permitirem dizer, isto é uma inflação económica, não é financeira, se nada for feito, eventualmente, vamos tê-la também em termos financeiros e aí vamos ter que lidar com um aumento de juros, com o poder de compra real e objetivamente, com toda uma situação que pode condicionar uma grande crise, durante algum tempo, vamos ver até quando. Disse também que isto não é tudo por causa da guerra, pelo que convida os senhores deputados a fazer o seguinte exercício: dos tempos da *troika*, que foram tempos difíceis fez uma pesquisa sobre o preço do petróleo e a quanto é que nós estávamos a comprar o gasóleo e vejam qual é o preço do gasóleo esta semana e o do petróleo, notando-se perfeitamente que há aqui uma grande incorporação de impostos, naturalmente por parte do Estado, nomeadamente do Governo. Tratando-se de uma

situação em que efetivamente nós podemos elogiar aquilo que será o poder de compra, capaz de injetar na economia e naquilo que é a possibilidade de os consumidores não sofrerem tanto, prescindindo de alguns impostos, de alguma parte e isso só compete ao Governo central. Será só esta medida por si, mas pode ajudar? Acha que não. Voltando aqui ao Interior, vejamos o que é que está a acontecer: primeiro antes das eleições, foi o lítio, a condicionar uma quantidade de fatores territoriais e desenvolvimento em que estamos pendurados. A assembleia já fez aqui a sua jurisprudência e durante 5 anos há territórios que ficarão à espera da prospeção e vamos ver naquilo que dá, sendo natural concluir que estamos a afastar investimento e criar incertezas. Depois foram as promessas, nomeadamente dos custos de contexto, ou seja as portagens, fatores de atratividade, taxas. Reparem que uma pessoa que vive em Lisboa paga 40 euros por um passe e circula todo o mês; ele próprio que, infelizmente ou felizmente tem que ir a Lisboa todas as semanas, porque trabalha e tem necessariamente de cumprir obrigações, só em gasóleo e portagens, provavelmente compra para 5 meses. Ora, isto é discriminação positiva com o Interior? Fará com que haja atratividade para o interior?

Outra coisa que considera extremamente importante é que, depois de um ano de pandemia em que as câmaras municipais e não fala só do Fundão, de certa forma, se substituíram ao próprio Estado naquilo que foi a proximidade às populações, apoio aos agricultores, aos comerciantes por diversas formas, apoio às empresas através da diminuição de tarifas, taxas, aproximação daquilo que são cidadãos das suas necessidades, coisas que o Estado deveria fazer com mais rigor e mais força mas que não fez. Acresce que pelo que parece, segundo a última informação sobre o orçamento de Estado, haverá um corte só para a Câmara do Fundão, de receitas correntes, entre os 800 mil e um milhão de euros. Não é só para a Câmara do Fundão, mas num concelho como o nosso isto faz toda a diferença, com os custos operacionais a crescer, nomeadamente aquilo que a câmara tem que fazer, com aquilo que são o aumento das matérias prima e as empreitadas a aumentar, pergunta-se como é que com a diminuição da receita que provém do próprio Estado, este orçamento da Câmara vai ter que fazer opções, ou não cumpre com os seus cidadãos ou não faz obra e lá está a oposição a dizer que não executaram, que não fizeram, que não foram capazes, que geriram mal. Assim, preparemo-nos para cenários muito difíceis.

Também não sabe se seremos capazes de escoar a nossa produção, que é importante, a preços competitivos, não sabe se teremos capacidade económica, porque os apoios não chegam, para fazer novamente a reposição das produções, não sabe se vamos ser capazes de alavancar aquilo que eram dinâmicas locais muito próprias. Ainda ontem estive a conversar com o Senhor Ministro da Economia e ele também não têm ideia nenhuma como resolver o problema, portanto, acha que devemos todos refletir, porque há setores de atividade que já manifestam fragilidades muito preocupantes, ainda estão mitigadas, porque provavelmente as empresas ainda têm algum pulmão económico, mas mais mês menos mês, isto vai ser duro, achando que devemos todos, em vez de politizar, contribuir com soluções para a resolução dos problemas.

Luís Batista – Depois dos cumprimentos disse que as últimas correções económicas do Banco de Portugal referem que nos próximos anos a inflação não é tão gravosos quanto aquilo que alguns meios de comunicação social estão a fazer passar e que a mesma terá uma redução, ou seja, não terá o crescimento que se disse iria ter nos próximos anos. É claro que isto está sempre dependente do fator da guerra da Ucrânia, que está a criar pressão nos mercados e alguns problemas nas cadeias de abastecimento, mas, quis referir também que do ponto de vista de investimento está previsto

que Portugal cresça em termos de índices, o triplo da média europeia para este ano, bem como cerca do dobro da média europeia para os dois próximos anos, querendo isto dizer que haverá investimento que fará com que o nosso PIB cresça. Outra questão que temos aqui é a taxa de desemprego que irá continuar a diminuir mesmo com estas pressões inflacionistas e mesmo com a subida das taxas de juros a que vamos começar a assistir este ano e até meio do próximo ano. Do ponto de vista macro é preciso ter calma e verificar nos próximos meses, como é que isto irá evoluir. Do ponto de vista do Concelho do Fundão é um facto que não temos passes a 40 euros, como Lisboa e Vale do Tejo, sendo isso um facto, mas isso parte de uma opção de uma CIM da Beira e Serra da Estrela que não atuou em tempo útil e também numa rede de transportes que é inexistente. Nós temos dentro do concelho do Fundão, e entre concelhos, ou seja da Cova da Beira e da Beira Baixa, uma inexistência de transportes públicos a preços acessíveis e com horários normais. Nós vemos de manhã diversos colaboradores que trabalham na zona industrial do Fundão que vão a pé, devido à insuficiência de transportes públicos dentro do Fundão, temos problemas de transportes públicos graves em todo o concelho e isto não é de hoje, não deriva de políticas centrais, mas de políticas locais.

Não havendo mais intervenções neste ponto, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou a votação o voto de louvor à Dra. Henriqueta Forte que foi aprovado por unanimidade. Colocou também a votação o voto de recomendação de saudação ao 1º de Maio, subscrito pelo Bloco de Esquerda que também foi aprovado por unanimidade. Antes de passar ao ponto da ordem do dia, fez também um pequeno comentário relativamente a intervenção do membro Guilherme Freches relativamente à cerimónia do 25 de Abril, lembrando que o modelo e o local da cerimónia do 25 de Abril foi aprovado em comissão permanente e é óbvio que, enquanto presidente da mesa não vai condicionar, nunca condicionou e nunca condicionará o conteúdo e a forma de intervenção de cada membro, considerando também desde já que foi um momento importante da cerimónia 25 de Abril e que não quer de todo alterar o exercício do pensamento, pensamento único que o Partido Comunista já nos habituou, mas longe de si também cortar no conteúdo das intervenções de qualquer membro desta assembleia e de igual forma, longe de si também cortar no modelo de intervenção do senhor presidente da câmara que resolveu apresentar-nos aquele modelo na sua intervenção, dando conhecimento que no seu conjunto, o tempo que levaram as intervenções de 5 migrantes que intervieram no seu lugar, em termos de tempo, não se alongaram mais do que normalmente a intervenção que o Senhor Presidente da Câmara já nos habitou, portanto, na sua opinião ficamos eventualmente todos mais enriquecidos com o modelo que foi utilizado e que mereceu a aprovação quase unânime de toda aquela sala que estava cheia, contrariamente a outras, infelizmente, cerimónias do 25 de Abril que decorreram noutros moldes.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)

Clara Ramos – Cumprimentou os presentes e fez uma intervenção que se junta à presente ata como Anexo 5.

Pedro Mesquita – Disse que houve uma referência à contratação de novos trabalhadores a recibos verdes por parte da Câmara, pelo que gostariam de saber se efetivamente isso se verificou, pois é uma preocupação do Bloco de Esquerda, pois sabemos o quanto injusto pode ser este regime.

José Pina – Disse que normalmente não faz nenhuma intervenção neste ponto, no entanto ficou curioso com a participação do município no MIPIM, maior feira do setor imobiliário do mundo, em França e liga-a a um requerimento que fez algures no tempo, não há muito, mas para o qual, neste caso obteve resposta. Trata-se de um pedido de esclarecimento relativamente à construção/implantação do edifício na Rua dos 3 Lagares, sendo que a resposta é muito engraçada, embora técnica, em determinada altura diz que, de acordo com a alínea g) do artigo 7º, do regulamento municipal de urbanização, a edificação configura-se numa operação urbanística de impacte urbanístico relevante quando se considerar que a nova edificação envolve uma sobrecarga dos níveis de serviços nas infraestruturas, e ou no ambiente, nomeadamente vias de acesso, estacionamento, que determine as situações previstas na alínea b) do número 2 do artigo 24º do decreto-lei, 555/99, alterado pela lei, 79, ETC e que o procedimento de licenciamento em causa está sujeito a cedências e parâmetros urbanísticos previsto na portaria 216/2008 de 3 de março. Assim, foram-lhe remetidos alguns documentos, nomeadamente plantas de implantação e qual é o seu espanto que, eventualmente será uma leitura sua, uma das plantas enviada diz respeito ao piso 0 e nesse piso 0 estão previstos 6 lugares de estacionamento. De acordo com o regulamento aprovado por este município, por cada andar de tipologia T0 ou T1 deveria haver um lugar, por cada T2 e T3 um lugar e meio em média, por cada T4, T5 e T6 teriam de existir 3 lugares e se eventualmente houver andares com tipologia superior a T6 deveriam existir 3 lugares de estacionamento. Ora, estas contas não o enganam, aquele edifício tem 18 apartamentos, mesmo que fossem todos de tipologia T0 ou T1, o que não é verdade, teriam de existir 18 lugares de estacionamento e só lá vê 6 lugares, o que quer dizer que eventualmente, houve cedências aos parâmetros urbanísticos, por outras palavras, não foi, obviamente respeitado o regulamento, pelo que solicita esclarecimentos.

Presidente da Câmara – Cumprimentou todos os presentes e disse que se associa ao voto de louvor à Dra. Henriqueta Forte, dando conta que já tivemos oportunidade também de o fazer no órgão Câmara Municipal, desejando-lhe as maiores venturas e saúde agora nesta sua fase de vida e, ao mesmo tempo, também dar desde já um voto de felicitações e de muito boa sorte à atual delegada de saúde neste cargo de enorme exigência, enorme dedicação e compromisso, também de muito risco a vários níveis. Também se associou ao voto de pesar pelo falecimento do ex-membro desta assembleia municipal e ex-provedor, Dr. Manuel Correia. Sobre aquilo que foi aqui a intervenção de fundo da senhora deputada Clara Ramos, relativamente àquilo que é o nosso posicionamento, naquilo que é a nossa linha de entendimento, desenvolvimento de territórios como o nosso, quer também sublinhar que mesmo sendo essa a nossa estratégia, mesmo sendo esse o nosso caminho, não precisávamos de ser tão desafiados por aquilo que são acontecimento tremendamente difíceis, que têm gerado sofrimento, como as questões destes últimos conflitos que culminam agora com esta circunstância terrível que se passa na Europa com a invasão da Ucrânia, ainda a situação do Afeganistão, situações associadas ao Médio Oriente, a questão da Síria, ETC., são conflitos muito recentes que têm gerado de facto, imenso sofrimento, para além daqueles que não sendo motivados por uma fuga ou uma guerra, fogem daquilo que são outras circunstâncias de perseguição, de uma necessidade de encontrar um lugar para poderem sobreviver, que se traduzem muito neste nosso Mediterrâneo e naquilo que vai acontecendo. A tragédia também diária que vai acontecendo do ponto de vista da emigração forçada, económica ou não económica, mas

seguramente complexa que está a acontecer. Toda esta forma de entender aquilo que é o posicionamento dum território num quadro também mais global, acha que, de certa forma se sintetizou na sessão que aconteceu no 25 de Abril, agradecendo à Assembleia Municipal o facto de ter aceitado fazer essa cerimónia num espaço que é um centro de migrações, já por si algo que marca do ponto de vista e do que é o seu valor simbólico e que marca um dia especialmente relevante para nós; celebramos o 25 de Abril e todo um conjunto de valores onde as questões associadas à tolerância, ao respeito pela diferença, à liberdade individual, coletiva, social, política cívica se celebra e, naquele caso, acha que essa celebração teve uma grande oportunidade, sentindo-se um privilegiado pelo facto de vários migrantes no nosso concelho poderem partilhar aquilo que para eles, se chama ou se materializa o conceito de liberdade, foi isso que ali aconteceu e não considera que isso tenha desrespeitado o órgão assembleia, dentro daquilo que é a sua liberdade relativamente à forma como considera poder fazer ou poder partilhar uma intervenção sobre o 25 de Abril, não considera ter desrespeitado o órgão ou alguém do mesmo, considerando que não houve nenhuma intenção que não fosse, eventualmente enfatizar e aproveitar o momento para poderem outros que não têm tanta voz poderem partilhá-la e sentirem-se mais pertencentes a esta nossa comunidade fundanense, sentirem-se mais próximos e mais dentro da nossa comunidade cívica e política. Provavelmente não esqueceremos tão depressa esta sessão solene, em termos daquilo que é uma celebração efetiva do 25 de Abril em 2022. Mudando de tema e respondendo ao membro do Bloco de Esquerda relativamente à barragem de Santa Águeda, tema que tem sido recorrente nos últimos anos e que causa sempre alguma preocupação, a informação que temos, feita através do contacto com a APA, entidade que está a fazer um inquérito ao apuramento dessa situação, diz, com algumas reticências, os primeiros indícios apontam, eventualmente para uma questão mais natural, existindo um problema de oxigenação da água, mas essa questão ainda está a ser apurada. Apoiámos a APA na remoção de alguns peixes mortos, particularizando algo que disse aquele Membro, a barragem de Santa Águeda não está só no concelho de Castelo Branco como sabem. Estamos também numa fase em que esperamos que haja total continuidade àquilo que é o processo do regadio da zona sul da Gardunha e, como tal, sendo ali a nossa fonte de água principal para aquilo que é o projeto aprovado e em desenvolvimento, a questão que está a referir é também particularmente a relevante, esperemos que não se torne muitíssimo relevante neste processo e que haja o bom senso de poder dar continuidade sem mais, a um programa de investimento de 15 milhões de euros que traz água aproveitada, utilizada de forma racional para toda aquela zona do concelho de Castelo Branco e Fundão, por isso, vamos aguardar as conclusões. Relativamente ao ambiente económico aqui trazido por vários membros da assembleia, estamos de facto a viver sobretudo um momento de enorme imprevisibilidade e depressão nas contas públicas, nas contas privadas e nas contas das famílias diria até na conta das instituições, algo que também é muito preocupante, tendo em vista já aquilo que foi problema que já vinha até anterior ao período do Covid, que o Covid impulsionou e agravou ainda mais do ponto de vista de pressão sobre as contas. Isto obriga a situações e a uma leitura muito integrada de respostas entre a administração central e local, diria de aproveitarmos e colocarmos ao serviço da resposta outra das maiores crises que estamos a viver, que é a questão da guerra, os impactos económicos e também sociais, a enorme escalada de preços que estamos a viver. Disse também que gostava que algumas projeções que aqui foram colocadas pudessem ser as balizas daquilo que vai acontecer este ano, mas teme que as balizas que estavam ser tidas em conta em termos de previsões para o ano económico no nosso país e até para a Europa, neste momento têm que ser todas perfeitamente configuradas, já nem é reavaliadas é mesmo reconfigurados, porque as coisas mudaram muito, há uma alteração de fundo

extraordinária das circunstâncias económicas que mudaram profundamente e, como aqui foi dito, uma inflação económica é muito perigosa, é muito difícil de combater, não é uma inflação financeira, já que os instrumentos financeiros clássicos são mais fáceis de dar uma resposta, a inflação económica é muito sensível entre aquilo a que vamos chamar a dimensão das medidas, já que elas têm que ser muito adequadas porque qualquer desadequar dessas medidas ou provoca uma depressão ou escala ainda mais a inflação, o que ainda a torna mais incontrolável e é tremendamente difícil. Num plano mais local há questões que neste momento estamos a ter de olhar de maneira diferente, nomeadamente o investimento, sendo público, os procedimentos que estavam a arrancar, ou aqueles em que as obras ainda não tinham começado, considerou-se que perante a imprevisibilidade total de preços e até com riscos contratuais de curto prazo graves entre o município e os empreiteiros, considera que era melhor fazermos um compasso de espera, esperar 4, 5 meses já que não é a melhor altura, neste momento, para se poder avançar com empreitadas públicas. É de facto uma questão muito complexa do ponto de vista da tal imprevisibilidade. Depois também temos as medidas de apoio, estamos a recalcular, por exemplo, as refeições escolares, estão aqui presentes muitas pessoas que estão conectadas com IPSS e misericórdias, trata-se de uma das questões que temos que recalcular. Preocupa-o muito e estamos com a discussão do Orçamento de Estado e a eventual diminuição de verbas para os municípios em termos gerais é muito significativa por via do que é a distribuição dos valores do IVA dos últimos anos provocados pela pandemia. Pediu e já o tornou público, ao Sr. Secretário de Estado das Autarquias na visita que ele fez a Castelo Novo, para que esse impacto seja repensado em termos orçamentais e possam vir a ser distribuídos, porque é natural que no próximo ano haja alguma retoma do ponto de vista do IVA e por isso, num ano tão difícil como este, estamos a viver todos os impactos ainda da pandemia e agora com os impactos da guerra, que essa questão possa ser de alguma forma amortizada ao longo dos próximos anos ou se encontre uma medida alternativa que, de alguma forma possa diminuir esse mesmo impacto. Informou ainda que também falaram da delegação de competências já que também é preciso olhar para os custos, neste momento fala das refeições escolares, mas podia falar de outras questões, de energia, ETC, mas as refeições escolares são uma questão que nos preocupa muito, porque os valores de referência que estão a ser transferidos têm como referência os valores de 2019, mesmo que fossem de 2021, o problema é que, quando lançámos agora um novo concurso para refeições escolares ou qualquer outra modalidade, mas vamos partir do pressuposto que este primeiro ano vamos ter que lançar uma prestação de serviço, nós em termos locais não temos a mesma escala de concurso nacionais e os custos dos bens alimentares dispararam pelo que os valores de referência da refeição não podem ser os mesmos, se não, obviamente, os impactos nas contas públicas municipais, para além de outras questões que já conhecem do ponto de vista do pacote financeiro não ser o equivalente aos custos que temos, essa questão vai ainda aprofundar mais esse desnível entre o custo da competência e o valor transferido para os municípios para a poderem exercer. Sobre os transportes tem de referir que os municípios há cerca de 3 anos, puderam ficar que a competência dos transportes que pertencia totalmente do Estado central. Uma delegação de competências como sabem por autorização da Assembleia Municipal, fizeram essa subdelegação na CIM, para ter uma visão mais intermunicipal com uma escala maior até para proteger exatamente os territórios mais rurais dentro da ruralidade e os valores que estão neste momento a ser transferidos para a CIM para aquilo que é o programa de apoio à parte dos transportes públicos é no caso da CIM Beiras e Serra da Estrela neste momento pouco mais de um terço das necessidades. Esse é que é o grande problema, que seguramente se agravou também com a pandemia, as compensações que os municípios, neste momento, estão a fazer às transportadoras,

começam a ter um peso muito grande, projetando para cerca de meio milhão de euros no caso do Fundão, coisa que nunca tivemos e há dois anos atrás não havia 1 euro de compensação às transportadoras. Há um concurso público internacional a avançar por parte da CIM que temos a certeza vai chegar a bom porto, ou seja, se houver, de facto, propostas válidas, vamos ver o que é que vai acontecer nos próximos meses e avançámos com um modelo de transporte a pedido que está concebido, que tem as suas plataformas prontas, estamos a culminar as questões de contratualização mútua e colaborativa que este projeto obriga em que temos alguma esperança que possa traduzir-se no reforço e numa melhoria justa de oferta e procura em termos de transportes, por isso acha que as críticas aqui colocadas relativamente à forma diferente como os programas de apoio aos passes foram distribuídos pelo país, são críticas legítimas e concretas que se traduzem de facto num diferencial muito grande de valor relativamente àquilo que são as necessidades de apoio à parte do transporte público. Relativamente a algumas questões de pedidos de informação, o membro José Pina pretende que todas as respostas sejam feitas por escrito e nós vamos enviá-las a todos por escrito, apesar de algumas já ter tido oportunidade de as remeter ao órgão Assembleia Municipal. Não é verdade do ponto de vista do que é uma fatura de água de 10 metros cúbicos seja município o Fundão aquele que tem a fatura mais elevada da região, já que relativamente ao Fundão, Covilhã, Guarda, Seia e Castelo Branco estão, por assim dizer, os 5 núcleos urbanos e municípios com mais população aqui da Beira Interior e fazendo a soma entre aquilo que é as águas, os resíduos e as águas residuais, ou seja, aquilo que é o valor que ao fim ao cabo o cidadão paga, por 10 metros cúbicos em termos da sua fatura de água mensal, referiu que o valor mais elevado é o da Covilhã com cerca de 32,5 euros, os valores do Fundão, Guarda e Seia são praticamente iguais, têm uma diferença de centimos e depois com cerca de 26 euros está o valor de Castelo Branco. A questão do preço da água, do saneamento e dos resíduos são questões em que temos que ter um certo cuidado com elas, temos que ter uma política social muito forte e, no caso do Fundão, quer das famílias numerosas, quer o cartão social, quer agora na questão dos resíduos em termos de reciclagem, são tudo modelos que estão ativos relativamente a essa questão, noutros municípios também imagina que sim e depois temos a entidade reguladora a fazer-nos sempre avaliações se nós estamos a cumprir um princípio do dito poluidor/pagador que é o de conseguimos ou não ter o retorno daquilo que é o custo da operação destas mesmas questões. Trata-se de um equilíbrio difícil, vejam que ainda este ano há um aumento brutal dos resíduos porque as taxas de resíduos dispararam, porque a operação em termos de custos também disparou e no entanto o município em termos de orçamento que foi aprovado há relativamente pouco tempo nesta assembleia, decidiu manter esses preços, apesar de ter havido um aumento muito relevante, nomeadamente nessa área e ainda não sabemos, porque está a decorrer um concurso público, em que aumentámos o valor do preço base em mais de 30%, perto de 40% e por isso os tempos são mesmo muito complexos e temos que encontrar sempre um equilíbrio e diminuir o impacto social aos mais frágeis e tentar manter sempre a sustentabilidade económica e financeira do concelho, em termos daquilo que são as nossas linhas de consolidação. A última questão que se prende com os processos judiciais, em concreto o que pode responder é que o seu desejo mais profundo é que não haja qualquer tipo de responsabilidades relativas a nenhum ex. autarca ou funcionário e é essa a linha que aqui quer colocar. Relativamente a uma pessoa, em particular, também porque teve oportunidade de trabalhar ao seu lado durante uma década, por isso há questões até de cariz mais pessoal, que o levam ainda a desejar que nada daquilo que possa vir a ser acusado em sede de julgamento, possa vir a ser comprovado e por isso, deixemos à justiça, como disse e bem, o que é da Justiça. O município não vai de maneira nenhuma estar a antecipar o que quer que seja, tirando aquilo que já

aqui disse, que é o seu desejo que nada se tenha passado e que os vários casos da nossa região que envolvem autarcas ou ex-autarcas sejam de facto totalmente ilibados de qualquer responsabilidade, porque isso é bom, seguramente para eles, mas sobretudo também para as instituições e para o poder local. Sobre o edifício da Rua 3 Lagares houve um alargamento relativamente à pré-existência que tinha uma determinada largura agora, a largura aumentou relativamente àquilo que existia inicialmente do ponto de vista daquela entrada. Em termos técnicos tudo o que foi proposto pelos serviços foi aprovado por unanimidade esperando que nesse parecer impere toda a legalidade sendo nesse intuito e com essa convicção que o aprovamos e nesse sentido, se, por exemplo, houver menos lugares de estacionamento necessários àqueles que a dimensão do número de fogos tem, há uma coisa chamada medidas de compensação que é preciso aplicar, sendo que na zona antiga do Fundão há também do ponto de vista regulamentar algumas questões que nos dão resposta relativamente aquilo que são as particularidade de fazer reabilitação ou edifícios naquilo que é a zona antiga do Fundão, há questões que ali também estão previstas, que podem aqui ou ali complementar aquilo que são as linhas gerais do RGEU, no caso de obras que não sejam equiparadas operações de loteamento. A questão da obrigatoriedade dos lugares pode não ser colocada quando não são equiparadas operações de loteamento, ou seja, ou tenha uma relevância urbanística suficiente para ser equiparadas a operação de loteamento. Isso também decorre da lei e neste caso, pode haver o princípio da compensação de lugares, porque na zona histórica do Fundão nem sempre conseguimos dar resposta em termos de lugares a qualquer operação urbanística, porque há pequenas operações e outras não tão pequenas como esta, em que nem sempre conseguimos ter resposta em termos de lugares de estacionamento, sejam garagem própria ou em termos de espaço público.

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021 ”*nos termos do disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º. da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*

Presidente da Câmara – Relativamente à nossa conta de gerência disse que queria referir 2 ou 3 aspetos, o primeiro prende-se com aquilo que é o dos primeiros grandes indicadores que é a execução orçamental, tivemos cerca de 87% de execução no nosso orçamento, um número em termos absoluto bastante relevante, 32.459 milhões de euros para um orçamento final de cerca de 37 milhões. Em termos daquilo que era a previsão no âmbito do nosso plano de ajustamento municipal, tivemos 117%, ou seja mais 17% relativamente àquilo que era o terceiro ano do PAM, que eram 27,629 milhões. Estamos a falar num indicador formal que se prende com o orçamento da receita, ou seja, a receita conseguida, a receita cobrada pelo município ao longo de um ano, naquele que foi também o segundo ano pandémico em termos de condições globais nacionais e também municipais. Estamos numa linha discussões orçamentais, neste caso na ótica da despesa que se prende sempre acima dos 80%, no caso da receita 87%, diferente de um padrão muito expansionista que tivemos e necessário na altura, na primeira década do milénio em que tínhamos execuções próximas dos 40% relativamente à execução dos nossos orçamentos. Observando a parte das receitas percebemos que entre as receitas de capital e correntes, a questão que alterou profundamente no ano 2021 foi um aumento enorme de receita de capital, ou seja, sobretudo

aquilo que foram a capacidade de captação de financiamentos comunitários para vertentes incorpóreas. Do ponto de vista financeiro na parte de receitas correntes, há uma ligeira correção para baixo, aqui também por questões associadas às próprias medidas Covid, em que algumas vão diretamente às receitas correntes. Quando nós dizemos aos operadores da praça ou do mercado que as taxas serão diminuídas ou mesmo abolidas ou algumas concessões, isso equivale a ter menos receitas correntes, por isso era perfeitamente normal, sobretudo no ano de 2021 houvesse essa correção. Na parte das receitas de receitas próprias há uma diminuição ligeira das receitas próprias, de 2,76 aqui, sobretudo também associadas àquilo que foram algumas das medidas que assumimos da pandemia que, mais uma vez, reduzem aquilo que é a cobrança e eventualmente também nos impostos diretos houve alguma redução relativamente ao ano de 2020 de cerca de 4%, está a falar de alguns dos indicadores de maior relevância. Na questão dos impostos referir que a questão do IMI e reduziu ligeiramente em termos de cobrança relativamente ao ano de 2020. Perguntamos à autoridade tributária que valor é que não foi cobrado, porque esse valor é um indicador que nem sempre tínhamos acesso e ficou por cobrar cerca de 330.000 euros de IMI em 2020, por isso, mas ainda não tem aqui o valor do ano passado, mas só quer aqui referir que há sempre um valor relevante que fica nas autoridades tributárias, que não é cobrado e que depois, ao longo dos anos, vão sendo enviados para os municípios e é uma questão que quis saber, sobretudo pelo ano que estamos em tempos de pandemia. Quanto às despesas com o pessoal fomos aumentando as despesas, aqui ligadas àquilo que foi sobretudo o impacto total no ano 2021 ligadas às reintegrações, às questões do aumento do ordenado mínimo e também da progressão de carreiras, estas foram sobretudo quase todas desbloqueadas no ano 2020 e tiveram impacto a 12/14 meses no ano de 2021, assim como também algumas associadas à realização de serviços. Um indicador também é sempre importante e que nós temos é o desdobramento do nosso orçamento em termos de investimento, nós em 2016 tínhamos um investimento de 1 milhão e 800 mil euros, em 2021 avançamos para um orçamento de 6 milhões 200 mil, em 2020 um orçamento de cerca de 5 milhões e como se sabe esta foi uma das questões que nós referimos quando apresentámos o plano de ajustamento financeiro que era reforçar a nossa capacidade de investir relativamente a vários anos em que a nossa capacidade estava mais limitada e referir sempre que teremos que ter aqui rácios de captação de recursos de financiamento, por isso dos 6,200 milhões, cerca de 3.200 milhões, ou seja, mais de metade foram financiamentos comunitários, o que permite ter aqui um rácio de cerca de 10% de execução de recursos para investimento em termos de recursos globais, sempre que nossa obrigação é não ultrapassar os 15% por isso temos aqui uma folga ainda interessante relativamente aquilo que são as nossas obrigações. Relativamente ao resultado orçamental os saldos de gerência têm estado a aumentar. As grandes opções do plano mostram aquilo que também era de esperar onde é que se distribui sobretudo o PPI, plano plurianual de investimento, em 1º lugar na área da inovação, investimento e emprego, em 2º lugar a área do ambiente e qualidade de vida e também dos equipamentos sociais. Falando da questão do balanço e demonstração de resultados, na parte do nosso passivo, desceu cerca de 2%, cerca de 2 milhões de euros, o resultado líquido do exercício foi na mesma linha do ano passado, cerca de 455.000 euros positivo, depois de 2019 termos um resultado negativo, 2020 e 2021, apesar de toda a conjuntura conseguimos ter um resultado político positivo na casa do meio milhão de euros. Relativamente à dívida global, tínhamos uma dívida prevista no PAM de cerca de 56 milhões mas estamos com 52,300 milhões, ou seja, no total de dívida estamos cerca de quase 4 milhões de euros abaixo do valor que ao terceiro ano dopam eramos obrigados, o que é uma boa notícia para aquilo que é o programa e a linha de consolidação financeira. Nós partimos de 2012 com cerca de 86 milhões de euros de dívida e chegamos a 2021

com 52,373 milhões, ou seja, perto de 35 milhões de euros de redução de dívida praticamente progressiva. Recordo que, mesmo no ano em que estávamos reduzimos a dívida em cerca de 2 milhões de euros, apesar de estarmos no ano de pandemia e, apesar de durante a pandemia termos tido ainda mais um período de carência relativamente ao empréstimo do PAM que, relativamente a todos aqueles que quisessem, de facto, exercer, podiam ter esse período de carência, ou seja, nós não tivemos a obrigação de pagar o PAM, mas mesmo assim tivemos uma redução da dívida global de cerca de 2 milhões de euros, ou seja, mantivemos, obviamente o pagamento de todos os outros empréstimo. Em termos de equilíbrio orçamental passámos basicamente para um equilíbrio passamos para 1 milhão 82 mil euros, o que é que é importante relativamente ao diferencial entre aquilo que são as receitas correntes, a despesa corrente e aquilo que é as amortizações médias, que é também um indicador interessante do ponto de vista da nossa sustentabilidade orçamental. O último ponto é talvez o nosso índice mais importante relativamente àquilo que tem sido o processo de consolidação orçamental, nós começámos no ano 2012 começámos com o índice de 4,6, em termos do índice de endividamento do município e no terceiro ano teríamos que alcançar o índice 2,48, mas neste momento estamos com 2,21, o que basicamente significa que, do ponto de vista das tipologias, deixa-mos de estar em situação de desequilíbrio, porque abaixo de 2,25 os municípios deixam de estar tecnicamente de desequilíbrio e passam em equilíbrio, no âmbito da lei do fundo de apoio municipal, o que é também um caminho que nos comprometemos a fazer e que, felizmente, com o apoio de todos e com aquilo que tem sido a nossa gestão e com muito esforço coletivo, vamos conseguindo atingir.

Luís Batista - Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como Anexo 6.

Rogério Hilário - Disse que contas são contas, podemos ter várias reflexões sobre elas, os números são números, refletem aquilo que são as opções de gestão, serão mais ou menos aquilo que são as deliberações tomadas face aquilo que são as contingências do momento. Primeiro de tudo temos que ver o contexto, o cenário, ano 2021 com uma pandemia, parece que toda a gente esqueceu o assunto, estamos aqui sem máscara mas temos que continuar a ter alguma precaução, porque a coisa lá fora está a evoluir em termos de contágios, o que significa que nessa perspetiva, é bom estar sem máscara, mas contudo temos que continuar a precavermos. De qualquer forma o ano 2021 foi bastante marcado, ainda mais que 2020, pela pandemia. Foi também onde a câmara assumiu e os números são esses, a redução das receitas próprias por via daquilo que foi o desconto em tarifas feitas ou cidadãos. Também deixou de receber, porque, infelizmente, nem toda a gente conseguiu, face àquilo que era o cenário, pagar os seus impostos, mas não foi por isso que a câmara, felizmente, não continuou aquilo que era a sua missão, substituiu o Estado em muitos dos pressupostos de proximidade ao cidadão que competiam à administração central, quer dizer que alavancou despesa e, naturalmente, permitiu por via também direta diminuição da receita. Nós poderemos estar a fazer tudo o que influenciará o futuro, mas estamos a aprovar contas do ano anterior e é sobre essas que nos vamos debruçar. Claro que se no futuro acontecerem imprevistos, teremos de os solucionar, teremos que encontrar soluções, mas a reflexão deve ser sobre estas contas, perante este cenário. É verdade que na perspetiva e esta só é algo que poderemos refletir, relativamente aquilo que era a previsão do cenário do PAM para o terceiro ano já estamos um bocadinho melhor, o que significa que, na prática, face ao compromisso, temos aqui uma folga, sendo esta a primeira ideia que temos que tirar das contas. Depois continuamos a dizer que o ativo diminuiu, mas temos que ver qual é o nível das amortizações praticadas, de facto, o ativo líquido diminuiu pela prática das amortizações,

trata-se de uma questão contabilística. Por outro lado continuamos a insistir e já várias vezes o disse ao Sr. Presidente, a existência de bens do município que ainda não estão refletidos na contabilidade, o que melhora substancialmente todo o processo de ativos. Tivemos um resultado líquido positivo, houve o cuidado de continuar a trabalhar no relacionamento com os capitais de forma a não deteriorar aquilo que é a imagem, a capacidade que a própria câmara tem. Temos que olhar para o exercício de 2021 como sendo mais uma vez o exercício atípico, todas as contas das nossas empresas, face ao cenário de 2019, 20, 21 e 22 e talvez 2023 continuam a correr riscos completamente imponderáveis e imprevisíveis para o futuro. A Câmara também está a viver com isso, não é um agente que esteja de certa forma sujeito a qualquer imunidade perante o processo, mas isso será trabalhado no exercício de 2022, 2023, terão que se encontrar soluções. Agora vamos discutir o ano de 2021 e na sua perspetiva, para não entrar mais considerações técnicas, foi um exercício extremamente positivo face ao contexto e ao cenário que atravessamos, portanto, nessa perspetiva, com benesses, sem benesses, com aquilo que foi a necessidade ou não necessidade o exercício traduziu-se por um desempenho extremamente positivo. Naquilo que foram as Grandes Opções do Plano continua a dizer isto face àquilo que estamos a passar temos que fazer opções, perante um cenário de menos transferências, aumento dos fatores de produção, exponencialmente todas as organizações têm que fazer opções e durante o do ano 2022 e se calhar, até 2023 muitas vão ter mesmo que fazer. Para o ano, nesta altura, vamos falar sobre o exercício de 2022 e vamos ver aquilo que foi a necessidade que houve, o que a câmara teve de fazer para ajustar o seu plano e orçamento que aprovámos em Novembro, com algumas variáveis ainda desconhecidas e que, naturalmente, também acrescente a questão da guerra, mais outros fatores que, por via disso, desconfia que vai ter que haver muita criatividade para conseguirmos levar a “carta a Garcia”.

Presidente da Câmara – Disse que estamos perante uma gestão orçamental que apesar de todas as circunstâncias continuamos na consolidação das nossas contas, apesar de todas as circunstâncias e o nosso relatório relativamente àquilo que é o impacto direto em termos de Covid é de 1,8 milhões de euros do ponto de vista da daquilo que são os programas de apoio de resposta direta do ano, mais aquilo que por outras vias, em termos de apoios, nomeadamente ao comércio local e outras nós demos e nalguns casos, reconhecida em termos daquilo que é tal amortização do impacto da pandemia em termos sociais, de saúde e económicos, por isso não estava tão otimista quando fizemos o orçamento de 2021 relativamente àquilo que podia ser o final de 21, podemos ter um resultado operacional positivo, nem sequer tinha a certeza se nós conseguiríamos baixar a dívida no ano 2021 perante aquilo que era este desafio extra de cerca de 2 milhões de euros, que já tínhamos tido em 2020 e que no ano 2021 também tivemos que manter e até nalguns aspetos reforçar. Os efeitos foram em todas as atividades, em todas as empresas, a empresa municipal também não é exceção e o impacto de cerca de 360.000 euros, se a memória não o atraiçoa, teve que ter aquilo que é a cobertura do seu acionista, neste caso, o município. Não esqueçamos que a empresa municipal tem duas estruturas que, no ano 2021 quase não funcionaram, no caso as piscinas cobertas e questões associadas àquilo que são os espaços que explora no âmbito do centro de negócios e serviços e, para além disso, houve uma necessidade de manter uma tendência de reforço de trabalho operacional ligado àquilo que são respostas da Pandemia. Relativamente à questão das execuções nós estamos com uma taxa de execução de 87%, nós passamos de padrões que há alguns anos eram de metade desse valor, embora todos saibamos que o tempo era muito expansionista perante a necessidade de investimento que houve aqui no Fundão. Estamos, de facto, a falar de um padrão que anda muito próximo daquilo que possa ser um muito bom, associado a uma taxa de

execução, em 100 executar 87 não é um padrão médio é um padrão bastante acima da média associada aquilo que é o planeamento que procura ir ao encontro daquilo que são as linhas de política e a sua a sua execução. Claro que poderíamos pensar que algumas obras tiveram algum atraso por causa da pandemia e se algumas tiveram esse atraso por esse motivo é natural que algumas rubricas que referenciou o membro Luís Batista, apesar da taxa global de execução de 87% pudessem estar um pouco mais acima do ponto de vista da execução do ano. Sobre questões um pouco mais técnicas, dentro do que é o seu conhecimento, que se prende com a redução de ativo, há uma alteração em termos do CNC, associada àquilo que era a contabilização de ativos, nomeadamente nos financiamentos comunitários, com o Pocal o financiamento comunitário todo ele entrava diretamente no ativo, independentemente da sua intervenção ser plurianual ou não, ou seja, uma intervenção/obra de grande dimensão, normalmente ultrapassam um ano orçamental, mas carregava, digamos, esse valor no seu ativo desse mesmo ano, com as alterações, isso já não acontece, só carrega o que executa num ano, ou seja se a intervenção executou num ano 1 milhão de euros de um valor superior, só esse valor executa nesse ano, ora, nós temos duas intervenções muito pesadas que estavam carregadas no ano anterior que continuaram neste ano, no caso o cine teatro e o centro de atração de empresas tecnológicas, que pelo facto da alteração da metodologia, obviamente que, pela sua dimensão e porque uma parte da sua execução, bem grande, ainda está neste ano e nas 2 intervenções ainda parte também no próximo ano, como tal, essa alteração reduziu o ativo mesmo com outras questões que compõe aquilo que é a nossa equação do ativo, mas teve muita relevância e foi o fator predominante para essa alteração do ativo, que é uma alteração do que é a metodologia contabilística, neste momento existente.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor e 12 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Paula Milheiro, Rosa Moreira, Marina Nascimento, Luís Batista, Leonor Lopes, Isabel Justino, Pedro Mesquita, Sónia Reis e Guilherme Freches.

3. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da alteração da Estrutura Orgânica do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea m) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;

Presidente da Câmara – Disse que não era intenção da Câmara Municipal estarmos já a mexer na nossa estrutura orgânica depois de há cerca de meio ano, um pouco mais, termos feito uma alteração do ponto de vista do que são as áreas funcionais que são 30 mas iremos mexer apenas em três que desaparecem e outras tantas que vêm em sua substituição, mas não deixa de merecer aqui uma justificação da parte município. A primeira é que começámos finalmente a ter forma, não muito satisfatória do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista técnico muito maior conhecimento do que é a delegação de competências na área da educação, na área da saúde e, sobretudo na área também da ação social e isso levou-o a pensar que uma divisão que tivesse dentro dela a educação, com a exigência que hoje sabemos que vamos ter, a área social e saúde e a área da cultura, considerou que, avaliando agora o que o que é o nosso conhecimento da delegação de competências, que deveríamos aligeirar, não em termos de trabalho, porque ele vai ser bastante duro, mas do ponto de vista do tal reforço de competências, mas que a área da Cultura devia tirar-se para concentrar essa divisão nas três áreas de delegação de competências mais fortes que temos, que é a educação, saúde e ação social, por isso, nessa divisão, se quisermos, retirei conteúdo

funcional sem mexer, se quisermos nessa essa arte. Depois há uma questão que já aqui foi falada por diversas vezes, que é a questão das migrações, todo o programa que temos hoje associado às migrações é um programa que cada vez mais pesado, mais forte, do ponto de vista de resposta de crises, aquilo que é agora o desafio que aqui já foi várias vezes falado da guerra e como tal, considerou que deveríamos individualizar essa componente orgânica, ela não estava individualizado, estava de alguma forma integrada entre a divisão de educação e a divisão da área de inovação, mas não existia enquanto estrutura orgânica. Hoje aquilo que acontece no centro de migrações do seminário é de tal maneira exigente do ponto de vista de resposta em termos de equipas multidisciplinares que ali estão e aquilo que estamos a exigir em termos de compromisso às pessoas que ali trabalham a quem aproveita para deixar aqui uma nota de gratidão aos funcionários em geral, mas não lhe levarão a mal por enfatizar o que neste momento está a acontecer nessa nossa estrutura, porque é verdadeiramente incrível, considerando ser um desafio permanente podermos dar resposta em situações tão difíceis, aquilo que possa ser o bem-estar possível destes nossos, como gosta de dizer, novos fundanenses que, neste caso não nos escolheram, mas que nós acolhemos por situação de guerra. Por isso essa questão mereceria facto, subir o nível e estar individualizada como estrutura orgânica, por isso, é uma estrutura orgânica, uma área que criámos, que vai estar dentro da nossa árvore. Depois teríamos aqui uma situação que é de interligação entre setores, questão para nós muito importante, de fazer a ligação entre a área da educação, área da inovação e emprego, migrações, a questão cultural. Nós tratamos destas questões por sentido humanitário, mas também apostamos naquilo que é o acolhimento por sentido desenvolvimento económico, social e de coesão social ou até do nosso concelho, perante aquilo que é o maior desafio que o país tem e não só o nosso concelho, que é o desafio demográfico, nós falamos muito digital, falando desafio climático, falamos do desafio do crescimento económico, da globalização, mas esquecemos que nós em Portugal, não somos caso único no mundo, mas se calhar, em Portugal esta questão é particularmente relevante que é o desafio demográfico, por isso, a interligação, a integração de políticas, mesmo a nível local, levou-o a pensar que deveria ter um chapéu comum, uma estrutura comum, onde uma área da educação, uma área das migrações, uma área da cultura e as áreas da e da inovação e do emprego e do investimento pudessem estar dentro do mesmo chapéu orgânico. Com isso também reduz uma área de divisão e cria-se uma área departamental onde todas estas áreas orgânicas que referiu entroncam. Depois há também aqui uma pequena correção, ou seja, hoje a política de eficiência energética está muito ao nível do executivo, do ponto de vista de resposta, em termos em termos daquilo que são os gabinetes de apoio do próprio executivo e, como tal, nós tínhamos uma área orgânica e tendo em vista aquilo que nós neste momento, estamos a trabalhar, que são a execução de contratos de concessão que foram lançados e novos que vamos lançar nos próximos tempos, consideramos que devemos colocar isso ao nível do executivo, por isso há aí uma redução de uma estrutura orgânica, mas não fomos chamar uma redução da importância da área funcional, pelo contrário, que assumimos no entanto mais para o nível daquilo que é a resposta do executivo. São estas as *nuances* e o justificativo de fazer umas pequenas correções da nossa árvore orgânica. Vai seguir-se aquilo que é o desenvolvimento do seu regulamento funcional que há-de subir à Câmara Municipal e irá ser depois publicado em Diário da República.

Não havendo mais interessados em usar da palavra, foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade

4. Apreciação e votação da Proposta – “Transferência de competências para as Autarquias – Ação Social – Decreto-Lei n.º 55/2020, de 18 de Agosto;

Presidente da Câmara – Começou por dizer se não virem nisso inconveniente, que iria introduzir desde já os pontos 4 e 5. Disse que decidirão em termos de calendário, perante a possibilidade da competência da ação social ser prorrogada, em termos a sua aceitação formal, isto em sentido um bocadinho metafórico, porque, como sabem, não há propriamente uma aceitação no sentido de nós aceitarmos ou não aceitamos essas competências ao longo destes últimos anos, porque consideramos que elas não têm a correspondência financeira, não por questões, vamos chamar ideológicas ou por questões de princípio, porque não é, mas por uma situação muito materialista porque não temos, de facto, a resposta do ponto de vista de envelope financeira, aquilo que é a exigência que essas competências têm em termos muito concretos e nesse sentido nós podíamos passar essa passagem formal da competência para o dia 1 de janeiro do próximo ano, na área social. Acontece que, a partir de 1 de Abril deste ano, ou seja, desde há cerca de 3 semanas atrás, nós já somos titulares da competência da Educação e a competência de educação considera que deve estar muito a par da competência da ação social, a educação é um barco muito grande, tem muitas questões naquilo que são as áreas que estão no município, ponderam muito também as questões de âmbito social e, como tal, acha que não faz muito sentido ter a competência da Educação partir de 1 de Abril e não ter a da ação social. Para os municípios vai passar a gestão do RSI, ou seja todos os processos de RSI vão passar a ser analisados pelos municípios, o que equivale a dizer que é muito importante termos toda a base informativa e decisória, sobretudo na ação social escolar, relativamente a camadas mais frágeis. Além disso, tendencialmente vamos poder ter mais um surto de fragilidade por causa do contexto que vivemos, por isso, apesar de os 22.000 euros anuais que passaram para o município, relativamente à delegação de competência na ação social lhe parecer de facto, um valor muito simpático, porque com 22.000 euros anuais na área da ação social, o município seguramente vai se mais não tivesse fazer um trabalho absolutamente excecional com as contratações que tem que fazer, com a multidisciplinaridade que tem que cumprir, com a resposta ao conjunto de valências que se desenvolvem neste setor, mas, apesar desta, digamos, boa notícia para todos, efetivamente não há do ponto de vista funcional, considera que seria eventualmente irresponsável não tentar que essa competência tivesse ao mesmo nível do que é a execução da competência da Educação, por isso, a proposta que aqui pedimos de certa forma para ser ratificada é que essa competência operacionalmente passe a partir de 1 de Julho para o município, ou seja competência a ação social, a nossa proposta é que ela possa passar a partir de 1 de Julho deste ano e com isso podermos ter a operacionalização das 2 competências na entrada do próximo ano letivo de forma mais adequada. A outra questão que aqui trazemos é uma questão que aí sim já pode ter mais leituras no seu entender em termos do que é um modelo de desenvolvimento e como é que nós o vemos, esta é uma câmara estranhamente centralizada, sabe que quando se fala disso, as pessoas podem achar estranho, mas nós somos dos municípios que relativamente àquilo que fazemos em parceria, seja com a primeira linha parceiros, as Juntas de Freguesia do ponto de vista também da delegação e subdelegação de competências, seja com IPSS, seja com associações de desenvolvimento, seja com associações de cariz de investigação e desenvolvimento, ambientais, ETC. Nós, de facto, temos uma data de programas, de ações, de regulamento, de processos onde passamos, de facto, essas verbas ou essas capacidades para quem

pode fazer melhor que nós e isso traduz-se em vários milhões de euros por ano, que não é o município diretamente a executar, mas que os coloca em quem o pode fazer de forma melhor, mais eficaz, mais justa, mais equitativa e isso é um caminho que dizemos que nunca está terminado, nunca é suficiente, mas tem orgulho em referi-lo, porque não é assim que acontece na generalidade dos municípios de Portugal, isso leve a que haja uma questão na delegação de competências da Educação que se não for tratada com a sensibilidade e com a relevância que tem, pode levar uma excessiva municipalização da Educação, no sentido que nós estamos a falar de educação pública, estamos a falar da questão mais relevante do ponto de desenvolvimento do nosso país a médio/longo prazo e, como tal, tudo aquilo que possa criar desigualdades na educação pública em termos de educação é grave do ponto de vista médio longo prazo para o desenvolvimento de territórios em comparação com outros territórios, por isso, uma das formas de resolver isso é também delegar nas escolas, é o princípio da autonomia das escolas, elas têm que ter mais autonomia delas próprias, seja a parte mais pedagógica, a parte mais gestão, os seus órgãos de governação também têm que ter mais autonomia, porque se as escolas não tiverem mais autonomia, a centralização pode nalguns aspetos ou nalgum sítios, esperamos que nunca no Fundão, pode ter efeitos que não são os efeitos que todos desejamos que é maior proximidade das políticas, melhor qualidade das políticas e por isso é uma questão aqui muito importante e, por isso, nós delegamos uma parte delas naquilo que é a gestão de contratos, execuções de alguns valores, apesar dos valores terem sido transferidos para o município, nós trazemos à Assembleia o contrato inter-administrativo, ou seja, a arquitetura contratual que permitirá o município passar competências, subdelegar competências nos diretores das escolas, nos seus órgãos de gestão e assim a escola poder ter mais recursos próprios para executar, dentro do que são alguns itens, digamos que não é nada de extraordinário, mas é por princípio e consideramos que mesmo, diria o bom senso que numa fase de transição de competências que é melhor também a alguns contratos, permaneçam pelo menos mais um ano letivo sobre a égide direta dos órgãos de gestão das próprias escolas e possamos também ir avaliando e ver que modelos futuros podemos ter de melhorar a eficiência sem perda de qualidade, ganhando qualidade e eficiência, já que aí reside sempre a parte mais importante quando estamos a gerir em proximidade, por isso, o contrato inter-administrativo abre a porta àquilo que é a delegação de competências, esse contrato em termos administrativos tem que ser aprovado na Assembleia e depois o contrato propriamente da subdelegação é aprovado através do órgão executivo da Câmara Municipal.

José Pina – Disse que queria apenas um pequeno esclarecimento, embora uma parte das dúvidas que tínhamos relativamente a esta solicitação ficou esclarecida, uma vez que é uma proposta que denominada dois em um, uma vez que há 2 pontos distintos, um tem a ver com a aprovação, no sentido de dizer que não reúne e outro de algum modo garantir então que a competência da ação social passa a partir do dia 1 de Julho para o município. Ficamos esclarecidos relativamente ao pacote financeiro que não estava aqui mencionado em termos de valor numérico, 22.000 euro. Se as propostas viessem melhor informadas não teríamos de ficar a pensar o que é que se terá passado, porque o que está aqui escrito é que não concordam com o pacote financeiro apresentado, mas era preferível dizer qual foi o pacote que foi apresentado, a não ser que, na altura, presumo que tenha sido na reunião de Câmara de há meia dúzia de dias, talvez do dia 22 de Abril para cá, que veio esse pacote, não sei se sim ou não, mas de qualquer dos modos, fica a sugestão de que, em termos de lema tenhamos mais e melhor informação. Continuando, disse que o Sr. Presidente em determinada altura afirmou que não reúne condições operacionais e sobre essa parte, não ficou suficientemente

esclarecido, pelo que pergunta quais são as condições operacionais que, neste momento não reúnem as condições para que possa de imediato, aceitar a transferência de competências, hoje dia 28 de Abril, quando se parte do pressuposto que estão reunidos praticamente logo a seguir, no dia 1 de Julho, isto é nos meses de Maio e Junho, em 2 meses, parte desse pressuposto, portanto, gostava que fosse esclarecido o que nos que condições são essas operacionais que neste momento não reúnem e que, em 2 meses conta reunir.

Pedro de Mesquita - Antes de mais agradeceu ao senhor Presidente a resposta sobre a questão de Santa Águeda e referiu que a nossa intervenção foi mesmo nesse sentido, embora saibamos que grande parte da barragem abrange o concelho de Castelo Branco e também abrange a zona sul da Gardunha e o concelho do Fundão, mas por abranger grande parte do concelho de Castelo Branco é que também há uma tendência em acabar por passar a responsabilidade para lá do Castelo Branco, quando não é isso que deve acontecer. Não fizemos nenhuma acusação em relação às explorações agrícolas mas constatámos um facto e o mesmo deve ser investigado. Sobre este ponto esta intervenção visa explicar o sentido de voto e nós defendemos uma regionalização democrática em que, de facto se verifique uma coesão social e territorial, neste formato, este tipo de regionalização, se assim podemos chamar, temos receio que isto fragilize a democracia local, ao mesmo tempo que que a igualdade no acesso aos serviços prestados também seja comprometida. Claro que também se relaciona com a falta de recursos humanos que a maioria dos municípios enfrenta e a possibilidade de haver responsabilidade de haver entidades privadas por essa gestão, o que que poderá ser sinónimo de degradação do serviço prestado. Pede-se que as políticas sejam adaptadas às características de cada território e também da sua população. Sobre as cantinas disse que não queria estar a falar delas por ser assunto já falado várias vezes, mas a verdade é que esta situação se tem agravado, então torna-se inevitável não falar nelas novamente, relaciona-se com o facto de os alunos continuarem a demonstrarem-se descontentes com a comida que é servida, quer seja pela qualidade, como com pela quantidade e o ideal, claro que passaria por pessoal da escola ser contratado para esta função, mas gostariam de ver garantida uma melhoria.

Presidente da Câmara - Agradeceu as questões colocadas. Relativamente ao membro José Pina referiu que as condições operacionais prendem-se com o atraso imenso que houve naquilo que chamam a comissão de acompanhamento, que são as estruturas que se criam entre os municípios e a administração desconcentrada, neste caso na área na área da parte social, como sabem, as competência eram para entrar todas a 1 de Abril, mas nós só a partir de Fevereiro é que tivemos as primeiras reuniões, neste caso com a Segurança Social, ainda ponderámos tentar acelerar ao máximo para a questão de 1 de Abril, porque, como referiu e sendo coerente, a sua questão é que acha que a educação e a área da ação social devem ser duas competências que devem andar muito próximas em termos do que é a sua na sua execução do ponto de vista das novas delegações, no entanto, havia uma questão essencial, já que são plataformas informáticas de formação de assistentes técnicos, neste caso, eventualmente também algum técnico superior e é isso que está a acontecer, por isso é que as condições operacionais, colocámos essa expressão que eventualmente enigmática, mas que está devidamente traduzida. Quanto ao valor, se calhar, a sua exiguidade mostra os erros da sua importância, mas é verdade que, em termos muito objetivos, ele deveria ali estar colocado na sessão de câmara foi referenciado já algum tempo, que contestámos esse valor, ou seja, nós já sabemos esse valor há algum tempo, por isso é que fomos contestando. Naquilo que foi aqui colocado pelo membro do Bloco de Esquerda, a questão é interessante porque se trata de uma questão gira que vamos ter nos próximos meses do próximo ano, gira porque ela vai

seguramente ter de ser muito aprofundada, que é aquilo que nós vamos fazer nos próximos tempos por administração direta e aquilo que nós vamos fazer por concessão ou contratação externa. Eu não serei o mais suspeito, seguramente do ponto de quando vai dizer isto, não pensou que no ano 2022, que aquilo que é a evolução das competências, dos paradigmas autárquicos, um pouco também aquilo que é a consolidação de um modelo de relação entre as entidades públicas e privadas, muito mais até sem fins lucrativos, já que nós temos tantas parcerias, nunca pensou aquilo que são os modelos de concessão, de lançamento de concursos e daquilo que é a concorrência, nunca pensou que em 2022, estaria a dizer a questão de forma tão direta, mas diz, neste momento, uma das questões importantes para aquilo que são os próximos anos do nosso município é pensarmos aquilo que vamos fazer por administração direta e aquilo que vamos contratar externamente, isto para dizer que, não sendo obviamente provável, nem diria adequado, que nestes próximos meses alteremos o paradigma porque era um risco muitíssimo grande, sem percebermos com profundidade aquilo que é, nomeadamente a conceção ou os serviços contratados de fornecimento às cantinas dos dois agrupamentos, dizendo que num agrupamento uma das cantinas ou refeitórios é feita por administração direta, no caso a Escola de Silves, que é uma EB 2 3, serviço prestado por administração direta da própria escola há muitos anos, por isso, não é só no primeiro ciclo que nós já temos há muitos anos questões da administração direta, mas por protocolo com I P S S ou entidades locais, por isso não são concursos gerais que se prendem sobretudo na defesa da escola rural, isto é muito importante e não só um modelo colaborativo, dado que num territórios como o nosso, essas questões ponderam até para a viabilidade, muitas vezes das próprias I P S S, não nos esqueçamos também dessa questão, quando estamos a tomar decisões, mas a questão é importante. Circuitos curtos associados a um território como o nosso, com uma grande expressão agrícola é uma questão que tem de ser incorporada naquilo que são procedimentos, sejam mais diretos ou por serviços contratados, mesmo questões de multiculturalidade podem ter que ser colocadas também nesta questão, a qualidade dos produtos também devem ser colocadas, questões de que é a nossa dieta mais mediterrânica também devem ser colocados do ponto de vista de saúde e bem-estar de crianças, obviamente, dizem-me assim tudo isso custa dinheiro, tudo isso custe recurso, por isso é que quando tivemos as últimas reuniões da comissão de acompanhamento e ficou em ata, relativamente à educação, referiu que era incrível, sendo que o valor de tabela que está colocado para o valor máximo de refeições ser 2,5 euros e está tabelado, porque é que só passam 1,70 euros, porque é o valor do tal concurso e não passam para os municípios os 2,5 euros, que é o valor que está tabelado, porque temos até resposta legal, sem mexer em legislação, porque está definido que o valor máximo são 2,5 euros, do ponto de vista da refeição. Vejam que 2,5 euros não é nenhuma fortuna, não é nada que nos permita ter grandes ambições com esse valor, mas é melhor do que 1,70 € e pode ajudar-nos a pensar em modelos alternativos à contratação, sendo que também na contratação há formas de a condicionar que também inclui outro tipo de valores, não só o valor de uma refeição com determinadas gramas de carne, peixe e legumes e que por isso, é também uma questão que nós na contratação, nos cadernos de encargos podemos colocar, mas há aqui sempre o tal fator custo que tem que se ponderar, assim, no próximo ano, ano e meio é uma situação que vamos refletir nesta Assembleia Municipal e no órgão executivo, do que é que se vai fazer externamente, e o que é que eventualmente vamos fazer por administração direta, se possível também em cooperação com outros municípios.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação que foi aprovado por maioria com 37 votos a favor e 3 votos contra dos membros Guilherme Freches, Pedro Mesquita e Sónia Brito Reis.

5. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da delegação de competências na área da Educação”

Não havendo intervenções, foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 39 votos a favor e 1 abstenção do membro Guilherme Freches.

6. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da Constituição do Conselho Municipal de Educação do Concelho do Fundão, nos termos propostos pela Câmara Municipal”, ao abrigo do disposto no artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal de Educação e artigo 58º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro

Luís Batista - Disse que só queria deixar uma nota para que conste em ATA, já que não pode votar esta proposta porque é uma parte relacionada com este conselho de educação.

Presidente da Mesa – Disse ao membro Luís Batista que a justificação dada não é motivo porque senão muitos não o poderiam fazer, tal como ele próprio como presidente da Assembleia Municipal que faz parte desta comissão e deste órgão e se fosse o caso também não poderia votar, considerando que isso não faz sentido e vai votar a proposta.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

O membro Luís Batista ausentou-se da sala no momento da votação.

7. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

José Pina - Disse que a intervenção que vai fazer serve mais que não seja para mostrar a quantidade de papel, a grande maioria de nós recebeu isto em formato digital e, eventualmente, não se apercebe do volume desta proposta que aqui vem, diria que cabem aqui dizer normalmente que, de facto o mais é menos. Esta proposta e corrijam-no, se estiver errado, foi aprovada no dia 14 de Março de 2022, há mais de um mês e não faz ideia porque é que só foi agora distribuída. Não quer acreditar que é para que não se possa ler, porque estando aprovada na sessão de Câmara do dia 14 de Março, como é que é possível darem-nos esta quantidade enorme de informação, com uma quantidade enorme de dados que lhe valeram várias horas de leitura. Acerca daquilo que é o contexto da proposta há aqui coisas de bradar aos céus. É evidente que há uma metodologia seguida, mas tem que haver por parte de quem faz a análise da informação que recolhe algum sentido crítico. Não vai dizer todos os pontos que anotou mas apenas identificar alguns, como, por

exemplo identificar que num concelho onde há apenas dois agrupamentos de escolas, toda a gente sabe que há dois diretores e que até há pouco mais de alguns meses, um era do género masculino e outra do género feminino. Não vale a pena estar a dizer que perante o inquérito que foi feito, presume on-line, que um respondeu e outro não respondeu, então partem do princípio que só existe um diretor de escola do sexo masculino e que não existe um diretor de escola do sexo feminino, quando toda a gente sabe que esteve 12 anos ou mais à frente do agrupamento escola que é o agrupamento Gardunha Xisto, uma mulher. Temos também aqui uma quantidade enorme de informação relativamente a empresas, quando responderam apenas duas. Não faz sentido tirarem-se conclusões quando, apenas 2 empresas responderam. Em termos de contexto resolveram colocar qui 17 recomendações da ONU, pelo que temos coisas interessantes, como por exemplo, fornecer dados que não fazem o mínimo sentido à nossa realidade como seja, por exemplo, a mortalidade infantil. Será que é um dos objetivos, que está lá bem escrito, está bem plasmado, quando diz que este plano serve exatamente para cumprir objetivos daquelas recomendações, algumas já do ano 2020? É nesse sentido que está aqui a dizer que tem que haver cuidado, porque obrigam as pessoas a ler um monte de páginas, mas há uma quantidade de informação que corresponde, de facto, a um esforço acrescido e que, desculpem não pode ser, tem que haver leitura, crítica, análise crítica e dar mais tempo para que as pessoas possam ler e possam, obviamente tirar as suas as suas conclusões. Depois, o financiamento definido para cada uma das ações que ali vem que lhe desculpem os economistas é um verdadeiro hino à previsão e ao rigor, vamos ao euro, não irem ao cêntimo, já não é mau, são quase 30 ações, algumas a ser multiplicados mais do que uma vez e alguma são perfeitamente caricatas. Focou-se numa em particular, aquela, digamos que à partida deveria ser abrangido, que tem a ver com os domingos mais juntos, assim, os domingos mais juntos são dirigidos a pessoal como ele, aos mais idosos, não deixa de ser caricato que na informação que nós aqui temos, o que é, obviamente preocupante, foram buscar dados dos Censos 2011 para dizer que cerca de 15% da população do concelho do Fundão não tem qualquer tipo de habilitação. Ora, presume que este tipo de ação, que os tais domingos mais juntos são exatamente para este tipo de público também e depois temos uma linguagem que até nos damos ao trabalho de falar-nos dias nos “peers”, nos pares, nos “world café”, considerando ridículo.

Rogério Hilário – Disse que o membro José Pina fez aqui uma alocução a um projeto de uma forma, digamos assim interpretativa, mas disse uma coisa importante que foi a de não desvalorizar a intenção e o documento, mas, de facto, a construção do documento podia estar mais feliz. Temos que ver que às vezes, as equipas também são inexperientes, tem que haver sempre algo que na perspetiva daquilo que é a realização, eventualmente, perdoar, pode não ter sido intencional, foi adaptado de outro, tudo isso é possível, não o vai pôr em causa, no entanto, há aqui algo que é importante, a partir de hoje, a Câmara Municipal do Fundão, corrigindo, melhorando o texto e o conteúdo do projeto, mas vamos ter um plano de igualdade, isso é que é importante e traduzindo daquilo que é o conceito geral, ele está lá, mais ou menos adequado à nossa realidade, com mais meta ou menos meta que não nos diz respeito ou que não temos, mas, de facto ele está lá e isso é que é importante. A grande dificuldade é implementar e sendo a essa fase de implementação que tem que ocorrer dentro daquilo que são as metas e as previsões que estão no plano para a igualdade, como é óbvio, e face aos conceitos que ali estão pode a senhora vereadora se entender, fazer uma revisão mais objetiva naquilo que é o contexto, por exemplo, quando tiver os dados do Censos 2021 disponíveis., poderá, eventualmente atualizá-lo, nós compreendemos que não havendo outros dados, que a equipa ou alguém o fez na perspetiva dos dados que tinha, como é óbvio, e isso

é de enaltecer, não poderia inventá-los mas agora, se calhar, quando tiver disponíveis, poderá fazer uma revisão mais objetiva até para que o diagnóstico seja mais atualizado. No entanto o objetivo fundamental é o plano e deveremos, de certeza absoluta todos contribuir, porque todos nós, visto que é um plano, não é só para a câmara e generalizando a intervenção da Câmara, devemos ter também essa noção da sua aplicação.

José Pina - Disse conhecer o Senhor Presidente da Câmara há alguns anos mas deve ter estado distraído nesta altura, então, neste âmbito diz-lhe isto com alguma ironia, no âmbito do protocolo nomeia-se para a equipa afeta ao plano municipal para a igualdade e não discriminação os elementos a seguir identificados, no caso 8 mulheres. Sente-se discriminado como homem, seria bom que fizesse uma equipa em que houvesse pelo menos algum homem.

Presidente da Câmara – Disse que não podia deixar de referir que, por vezes, não de forma intencional, porque como aqui já foi referido o conhecimento de longa data é mútuo, por isso diz não de forma intencional, mas é preciso ter um certo cuidado quando falamos determinados temas, mesmo que nos possam parecer de alguma forma ligeiros eles não o são e, a questão de por exemplo, nomear mais mulheres ou menos mulheres, não sabe se a questão em si é relevante relativamente ao tema que estamos a colocar, mas o facto de a enfatizarmos mesmo com alguma ironia, no âmbito de uma assembleia como esta, não deixa também de poder pensar que ainda temos, também muito para fazer, do ponto de vista do que é discussão pública e até política relativamente a algum destes temas e di-lo com consideração pessoal que tem pela pessoa, pelo deputado municipal em causa, porque relativamente a estas questões sabe que podemos achar que, pelo facto de termos uma intervenção, um plano que se encaixa dentro de outras perspetivas mais amplas e como tal algumas questões nos possam parecer um pouco estranhas, por exemplo, aquilo que referenciou entre aquilo que são os ODS – e como é que a intervenção local pode contribuir humildemente para aquilo que é essa expressão de uma das maiores manifestações dos últimos anos, que procura ser mensurável relativamente àquilo que são o alcance que as Nações Unidas têm esses nesses objetivos, acha que deve carecer, merecer, eventualmente uma outra linha que não só a irónica, em termos de contributo para a melhoria deste tipo de documentos. Dito isto, dado que felizmente são documentos abertos, são planos que se constroem como se percebe bem no próprio modelo de governança, do plano, de monitorização, de participação que se constroem com as comunidades e as comunidades são pessoas, nas suas diferentes capacidades, também políticas, venham os contributos, o acompanhamento relativamente àquilo que possa ser a operacionalização concreta deste mesmo tipo de ações. Disse também que não teria escolhido um documento desta índole para exercer um dos direitos que também gosta muitas vezes de utilizar, que é no ponto de vista do debate político utilizar a ironia como forma de o rebater, ou de valorizar. Reiterou que não teria escolhido este documento em concreto para ironizar, se tivesse o tivesse recebido ontem ou antes de ontem, há um mês ou há umas horas, não teria escolhido este tipo de documento.

José Pina – Disse que não pode ignorar que o terceiro considerando diz que o município do Fundão tem trabalhado ao longo dos últimos anos, de forma a imprimir mudanças que conduzissem à efetivação da dimensão de igualdade de género, da dinâmica organizacional da autarquia, permitindo combater e corrigir determinados problemas sociais e pessoais, traduzidos em desigualdades e assegurando que os homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades, na sua visão isto entra em contradição com a nomeação de 8 mulheres, quer queiramos quer não, independentemente do valor das pessoas, para aquilo que é o próprio princípio daquilo que está

aqui a ser discutido. Relativamente à informação que o senhor presidente da Câmara aqui referenciou dos 17 pontos da ONU, tem que haver cuidado, quer queira, quer não queira, goste ou não goste, não os desvaloriza nem de perto nem de longe, agora que alguns não estão adequados é verdade e temos que ter cuidado e foi isso que disse. Se isto é um plano municipal, tem que estar convenientemente contextualizado para o município e há ali alguns objetivos que têm todo o valor, mas que não são adequados para o município, o que até exemplificou nomeadamente com a mortalidade infantil. Como é que este plano municipal vai contribuir em termos de objetivos para o indicador da mortalidade infantil, quando nós estamos muito abaixo, felizmente, quer a nível nacional, quer a nível concelhio naquele indicador, sendo claro que não pode contribuir. Pensa também que não terá sido por lapso que o número 2 destes 17 princípios não faz parte.

Presidente da Câmara – Disse que cerca de 60% dos funcionários da Câmara são homens, 40% são mulheres, na parte dos dirigentes temos praticamente a paridade entre homens e mulheres, há serviços onde pondera 90% de homens e há outros serviços onde ponderam 90% de mulheres, diria que há serviços, como a área da educação e da ação social, onde há mais homens, mais técnicos, assistentes técnicos, do que mulheres. Há serviços, por exemplo, diria como os arraiais onde há muito mais homens do que mulheres, quando fazemos a escolha de pessoas, não de género, mas de competências, para acompanhar determinado tipo de documentos ou determinado tipo de planos, escolhemos exatamente por competências e não projeto e não diz absolutamente mais nada sobre isto.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

8. Apreciação e votação da Proposta – “Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) da Aldeia Histórica de Castelo Novo” nos termos do disposto na alínea h) do nº12 do artº. 25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Presidente da Câmara - Relativamente a esta questão disse que temos 3 dinâmicas, que correspondem em termos de planeamento, em planos de intervenção, mediação, que estão em discussão, ou que estão numa fase final da sua concessão, ou aprovação. Nós começámos por um plano, enquanto na altura ainda presidente da comunidade intermunicipal considerou que era muito importante desenvolvermos um plano a nível da sub-região em termos do que é respostas ao desafio climático, sendo daqueles que acha que as questões, sobretudo das alterações climáticas, mesmo com o que possam ser as respostas locais, tem de ter uma dimensão regional do ponto de vista de resposta, nós temos uma resposta global, mas a um nível mínimo de dimensão para as coisas que, perante aquilo que está em causa, que deve-se ter, de facto, uma escala maior. Esse plano foi feito, foi aprovado, já esteve também nestes nossos órgãos e é um plano importante para ser revisitado e para podermos acompanhá-lo naquilo que agora são os desafios e a atualização deles, que temos. Depois temos o pacto dos autarcas, algo que o município também subscreveu e estamos a desenvolver o seu plano de ação e temos um pacto de aldeias históricas que onde também estão as autarquias que têm as aldeias históricas, porque foi determinado em termos de assembleia geral das aldeias históricas que para o processo que se pretende numa década, de tentar que as aldeias históricas não só sejam todas ou quase todas património nacional, mas também possam eventualmente pensar noutro tipo de classificação e termos patrimonial, em termos de

escala, digamos, de património mundial, porque elas têm, de facto, relevância arquitetónica, histórica que pode justificar, mas isso trata-se de um caminho longo e para esse caminho longo ser feito, as questões hoje do que é a transição energética, a transição climática, a questão ambiental, de carbono, não é por acaso que com muito orgulho recebemos este projeto piloto em parceria entre as aldeias históricas, município e uma empresa, neste caso a Renault, com 5 viaturas elétricas, que tanto quanto sabe, ocuparam o seu estacionamento, dada a procura enorme que têm tido, quer da comunidade local de Castelo Novo, mas também do ponto de vista de visitantes, como tal, são abordagens, neste caso muito específicas para as aldeias históricas, mas que, tendo nós uma dessas pérolas, Castelo Novo, um ativo fundamental para a afirmação do nosso concelho, evidentemente, achamos que devemos subscrever e aprovar, se assim o entenderem, aquilo que é este plano de ação específico para as aldeias históricas e claro também para Castelo Novo.

Guilherme Freches – Fez uma intervenção que se junta à presente ata com **Anexo 7**.

José Pina - Disse que começa exatamente por verificar que esta proposta que foi aprovada no dia 28 de março e mais uma vez é-nos dada a conhecer um mês depois, não acredita em bruxas se calhar existem, será que o objetivo é que não se leiam estas propostas, dois planos, praticamente 400 páginas e querem que as pessoas se pronunciem de forma pertinente, já não sabe se deve fazer perguntas, mas basta olhar para aqui, para a frota municipal, que foi a base de cálculo para um dos quadros e que depois extrapolaram para Castelo Novo. É claro que poderia perguntar, muito simplesmente se a atividade da frota municipal é igual em todas as aldeias e em todas as freguesias do concelho para se poder extrapolar assim de forma tão linear.

Pedro Bento – Após os cumprimentos disse que pensa que nestes dois planos ficou evidente que é mais importante debater as questões de fundo do que estarmos presos em detalhes que pouco acrescentam sobre o tema e sobre esta temática da transição ambiental disse que gostava de ouvir o senhor presidente da câmara, até porque, como ele sabe, e os senhores vereadores é um tema que nós internamente, na JSD e no PSD também discutimos e gostava de o ouvir dizer como é que esta postura em relação ao plano de transição climática e a aposta na mobilidade elétrica pode ser reconciliada com uma posição que tem visto, por princípio, ser assumida por quase todos os municípios, que é a questão de serem contra ou tendencialmente contra a prospeção de lítio, quando existem reservas na seus concelhos, porque acha que, em certa medida, não deixa de ser um bocadinho uma incoerência, às vezes ver esta questão de querer avançar na transição energética e depois dispormos dos recursos e os mesmos não serem explorados, mesmo que que se tenha que exigir que haja todos os cuidados em termos ambientais para as populações.

Rogério Hilário – Disse ter a noção que às vezes coisas importantes que trazemos aqui por via da forma, daquilo que muitas vezes são os considerandos, até os conseguimos desvalorizar, este plano aplicado à aldeia de Castelo Novo espera que possamos aplicar mais a outras aldeias e até à cidade, acha que é o princípio daquilo que poderá ser uma referência para algo que temos que fazer rapidamente. É verdade que a câmara aqui é copromotora, já que a promotora é a Associação das aldeias históricas, tem associados os parceiros e se lerem o plano, as metas são extremamente exigentes, não só na mobilidade, nas restrições à mobilidade, naquilo que será o conforto dos edifícios e até a própria produção de energia e por isso é que acha que às vezes levamos isto para um campo, saímos daqui até aprovamos isto por unanimidade, naturalmente, mas depois não se lhe dá a ênfase àquilo que é relevante para o efeito do impacto. Nós estamos perante um uma

emergência climática, estamos perante a necessidade de uma alteração profunda naquilo que são as consequências da carbonização e passarmos para a descarbonização. Não sabe se vai ser a mobilidade elétrica o futuro provavelmente vai ser através de energias verdes e mais rápido que a gente pensa, a questão do hidrogénio é fundamental. No entanto está aqui um passo importante que pode ser uma réplica para o resto do concelho, informando também que o novo PO Centro trará alguns recursos para se fazer esta transição energética, o que significa que se calhar também há aqui uma responsabilidade de todos contribuímos para esta situação, até porque agora ainda é mais emergente, com a questão da guerra, do aumento dos custos, as matérias-primas, os combustíveis, o que vai fazer acelerar ainda mais e preparemo-nos que a transição não é doce, vai ter aqui consequências muito complexas, não só a nível de investimento, como ao nível do *modus operandi* e até de impactos na nossa própria forma de vida. Acha que sim, vamos todos verificar o que é que vamos cumprir em Castelo Novo, vamos verificar exatamente e replicar provavelmente, mas isto é um plano extremamente importante, pelo que quer deixar isso bem ciente na Assembleia é de facto algo que nos merece uma leitura mais profunda do que lá está, acompanharmos as metas e os objetivos que estão propostos e ajudar alguns constrangimentos, nomeadamente daqueles que dizem respeito à população local, porque tudo isto mexe com aquilo que é uma organização social dentro da própria aldeia.

Presidente da Câmara - Disse que há uma questão que geralmente não damos a importância devida quando estamos a falar de uma nova geração de políticas públicas com vários níveis de atuação, mas também ao nível local, no que toca ao impacto, nós não estamos nada habituados, personalizando, enquanto presidente da Câmara não estava nada habituado há uns anos atrás a construir políticas onde a dimensão do impacto e a sua mensurabilidade fosse uma questão central, achando que esse é um caminho que temos todos de fazer, os municípios têm uma oportunidade grande de liderar, se quisermos estas linhas mais de inovação social do ponto de vista de abordagens de construção, ações que possam ser acompanhadas em concreto e monitorizado aquilo que é a transformação que elas provocam pela dimensão de indicadores muito concretos e claros que permitam de facto essa mesma avaliação, eventualmente conclusão. Para isso acontecer é preciso dados e nós que vivemos no mundo dos dados, vivemos um mundo das diferentes inteligências à volta dos dados e muita está a ser aplicada, alguma até artificial aplicada aquilo que é a leitura a síntese e a criação de valor a partir de dados, nós temos muita falta de dados, porque para podermos ter dimensão de impacto, temos que ter dados de partida, muitas vezes quando se fala muito na questão de energia, na intervenção a níveis mais locais, nós não temos dados de partilha. Acha que o maior mérito deste trabalho é uma tentativa de aproximação a ter dados, neste caso de um ecossistema e dum território definido chamado Castelo Novo, por exemplo, os dados de aproximação relativamente ao que é o consumo energético de Castelo Novo, entre os privados, parte pública, ou seja é muito importante saber qual é que é o consumo daquela localidade, para, com políticas ativas A,B C ou D percebermos qual é a parte do seu impacto. Também é relevante que, olhando para a frota do município e alguma viatura da própria junta de freguesia se perceba por aproximação, porque muitas vezes à falta de melhor metodologia, faz-se metodologia por comparação ou por aproximação, de encontrar algo que mostra perante uma frota que quase todos os veículos são a combustíveis fósseis, obviamente hoje é possível projetar aquilo que é o impacto de CO2 perante o número de quilómetros que se possam fazer num contexto vamos chamar por aproximação relativamente a Castelo Novo. Estas questões, tendo, de facto, dados de partida, depois colocam-se as questões do impacto. É verdade que aqui foi dito que a questão principal Castelo Novo não é a

questão da qualidade do ar, nós temos orgulho e acha que temos que ter todos um orgulho, crê que no último ranking europeu que saiu de qualidade do ar no espaço da Europa o Fundão, salvo erro, estava em sétimo ou oitavo local na Europa com melhor qualidade do ar, pelo que não temos um problema, vamos chamar de qualidade do ar num sítio como esta região e se há coisas que nesta assembleia já falámos por diversas vezes é termos as políticas de desenvolvimento ao serviço do povoamento é termos um ordenamento ao serviço do povoamento é ter uma política de multiculturalidade ao serviço do povoamento, ter uma política de migrações ao serviço do povoamento e termos também uma política de transição energética que também seja fomentadora do que possam ser a manutenção e a qualidade de vida da comunidade residente e a atração de novos residentes que possam também eles serem proactivos e até valorizarem o que pode ser um local que tem não são valores patrimoniais únicos, mas também é um exemplo a uma escala maior daquilo que possa ser aquilo basicamente os processos de sustentabilidade, neste caso ambiental e sobretudo que a questão do carbono muito viva. Enquanto consumidor ou visitante seguramente hoje já olha para destinos ou locais, ou residências, ou restaurantes, ou alojamentos, já olha também tendo aquilo que é a sua responsabilidade ambiental como um fator mexe e que pode fazer inclinar a sua escolha para um sítio ou para o outro e acha que nos está a acontecer cada vez mais, as novas gerações, muito mais aceleradas em termos de transformação e diria de uma forma geral, mesmo as gerações um pouco mais antigas, estão muito mais sensibilizadas para esta abordagem do que estariam há 10 anos atrás e isso é que se considera criação de valor, os projetos-piloto ajudam um bocadinho àquilo que aqui foi levantado, que é perigoso, que é aquela ideia de que estas modernizes, estas tecnologias, estas agendas, de alguma forma, são, não diz contra as comunidades locais, mas criam às vezes problemas àquilo que é o modo de vida ou cultural, as tradições, os hábitos das Comunidades, por isso a forma de resolver isto é também através de projetos-piloto, por isso é que aproveitou para falar do projeto piloto e até a monitorização deste projeto-piloto é muito interessante, porque primeiro rompe aquilo que possa ser alguma resistência à utilização de um carro elétrico, a segundo é um carro elétrico silencioso, a terceira é um hábito na comunidade local, vai ser essencial para questões que depois se possam colocar em termos da preservação ainda maior da integração daquele contexto, porque ninguém deve pensar que uma aldeia histórica com património nacional, ou património internacional, nós não podemos ter veículos como atualmente temos a atravessar livremente esse mesmo património, são opções que temos que tomar, a quarta é que isto também cria modelos, novos modelos de negócio, um modelo colaborativo interessante para aldeias, para cidades, para bares, para empresários, para zonas industriais, são questões que nós estamos a dinamizar e que espera que possam ter boas conclusões do ponto de vista de construção de redes, onde a partilha de energia renovável signifique também redução de custo, ao mesmo tempo que estamos a contribuir para aquilo que é o nosso desempenho de carbono e depois há outra parte desta história, desta equação, que é que temos a Gardunha, que para o seu exercício de florestação e para a criação de valor com a floresta da Gardunha, não é displicente a questão destas equações do carbono, porque quem é que nos diz a nós, que se calhar o fator mais relevantes para os próximos anos do ponto de vista da reflorestação da nova geração, ainda da antiga biodiversidade da Gardunha nalguns aspetos, não estará mais ligada em termos do investimento público e privado às questões da compensação de carbono do que propriamente se quisermos uma Atitude de produção florestal, naquilo que é nomeadamente, uma questão da madeira de biomassa. São um pouco estes caminhos, são linhas que não estão seguramente fechadas, mas no que toca às questões de carbono, há um dado que devemos estar a alcançar, já que devemos estar nos municípios em que o consumo de energia total deve andar já muito próximo

daquilo que nós produzimos hoje de energia verde. No nosso concelho, devemos andar muito próximo disso. O dia em que tiver os dados para o poder transmitir, seguramente, vai passar a ser uma bandeira do nosso concelho, não tenham dúvidas que vai passar a ser uma bandeira do nosso concelho, mas não é uma bandeira passiva, espera que seja uma bandeira muito pró-ativa do que é que isso significa de responsabilidade e de continuidade nesse processo.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Propostas para conhecimento

9. Programa de resposta à Covid 19 – Aprovação da minuta da 5ª.adenda ao protocolo de colaboração a celebrar entre o Município do Fundão e outras entidades – Anos 2021 e 2022.

Não houve intervenções neste ponto da ordem de trabalhos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021” nos termos do disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º. da Lei nº75/2013, de 12 de setembro – Aprovada por maioria com 26 votos a favor e 12 votos contra.

3. Apreciação e votação da **Proposta** - “**Aprovação da alteração da Estrutura Orgânica do Município do Fundão**” *nos termos do disposto na alínea m) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por unanimidade.***
4. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Transferência de competências para as Autarquias – Ação Social – Decreto-Lei nº 55/2020, de 18 de Agosto**” – **Aprovada por maioria com 37 votos a favor e 3 votos contra**
5. Apreciação e votação da **Proposta** - “**Aprovação da delegação de competências na área da Educação**” – **Aprovada por maioria com 39 votos a favor e 1 abstenção.**
6. Apreciação e votação da **Proposta** - “ **Aprovação da Constituição do Conselho Municipal de Educação do Concelho do Fundão, nos termos propostos pela Câmara Municipal** ”, *ao abrigo do disposto no artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal de Educação e artigo 58º do DL nº 21/2019, de 30 de Janeiro – **Aprovada por unanimidade.***
7. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação do Município do Fundão**” *nos termos do disposto na alínea h) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por unanimidade.***
8. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) da Aldeia Histórica de Castelo Novo**” *nos termos do disposto na alínea h) do nº12 do artº. 25º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por unanimidade***

LOUVOR

Dra. Henriqueta Luísa Duarte Forte

Aprova
por unanimidade



2022/04/28

Anexo 1

Considerando que a Dra. Henriqueta Forte exerceu as funções de autoridade de saúde pública da Cova da Beira ao longo dos últimos 25 anos;

Considerando a sua devoção e alto sentido de compromisso com a saúde pública na Cova da Beira, sublinhando o papel particular que desempenhou no concelho do Fundão;

Considerando a exigência, a capacidade de liderança, a coragem, a entrega e a competência com que coordenou ao longo dos mais de dois anos o combate aos efeitos da pandemia no concelho do Fundão;

Considerando o profissionalismo e determinação com que agiu perante o desconhecido e incerteza, onde foi por diversas vezes necessário tomar decisões especialmente difíceis, como a evacuação de lares, planos de contingência, encerramento de estabelecimentos, rastreamento de cadeias de contágio, desinfeção de edifícios, criação de centros de testagem covid e vacinação entre outros;


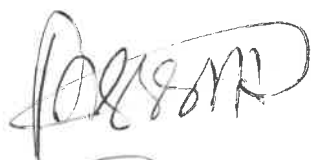
Considerando que a sua atuação e a autoridade com que exerceu o cargo, permitiu, sem margem para dúvidas, poupar muitas vidas no concelho do Fundão;

Considerando que a Dra. Henriqueta Forte comunicou a sua muito recente aposentação;

A Assembleia Municipal do Fundão delibera aprovar e tornar público um louvor pela forma como a Dra. Henriqueta Luísa Duarte Forte exerceu as funções de autoridade de saúde pública na Cova da Beira, em especial no concelho do Fundão e pela forma como liderou o combate à pandemia do SARS COV 2.

Mais delibera remeter o presente louvor à própria, ao ACES da Cova da Beira, ao Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, à Administração Regional de Saúde do Centro e à Direção Geral de Saúde.

Fundão, 28 de abril de 2022.





Anexo 2

Intervenção 28-4-2022

Com a surpresa que cada um cuidará de classificar o Ministério Público acusou o ex-presidente da Câmara Manuel Frexes de alguns crimes que podem ter lesado o município.

A notícia avançada por muitos órgãos de comunicação social citava uma nota do DIAP dando que estão em causa diversos projetos de execução de empreitadas de obras públicas e entre outras (arquitetura, engenharia e topografia) ... e planos de pormenor e de estudos de impacto ambiental e, bem assim, trabalhos de fiscalização das referidas empreitadas, no valor global de um 1628524,70 euros.

Naturalmente que o nosso tempo é o da política e não o da justiça e como tal não faremos julgamentos antecipatórios. Mas, pelo mesmo princípio não estamos impedidos de questionar situações que possam ter prescrito do ponto de vista da justiça.

Aquilo que nos move é procurar saber se o Município foi prejudicado e questionar que ações já foram tomadas pelo Executivo Camarário atual no sentido de cuidar do interesse do Fundão. Deixamos a questão.

Outrossim, este acontecimento surge no momento em que nos preparávamos para voltar a questionar o executivo acerca de duas situações que passaremos a apresentar e que em caso algum podem ser interpretadas como uma tentativa de associar alguns dos seus conteúdos com a preocupante notícia a que já aludimos.

Requerimento 1

Em 7 de junho de 2021 enderecei via Mesa da Assembleia Municipal um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que até ao momento não obteve resposta. Referimo-nos em concreto ao processo Cine Teatro Gardunha.

Como é evidente o assunto não perdeu atualidade e pertinência.

Assim, considerando que decorrem obras no edifício do Cine Teatro Gardunha, imóvel classificado de interesse municipal, e o mesmo consubstancia um dos principais projetos em execução, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal requer novamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos seja facultada a seguinte documentação:

1. Ponto da situação do processo de expropriação do edifício, incluindo valores finais da sua aquisição.
2. Custo da intervenção adjudicada.
3. Estimativa dos custos de aquisição de equipamento.
4. Estimativa dos custos de manutenção do equipamento.
5. Processo de adjudicação à empresa "Bernardo & Bernardo, SGPS" do projeto inicial.
6. Peças processuais do projeto em execução.
7. Processo de adjudicação do projeto atual.
8. Parecer favorável do IPAR ou de Entidade Competente para se efetuarem as obras.

Assim, requeremos novamente **que nos sejam respondidas as questões agora colocadas.**

Requerimento 2

Mais uma vez o Fundão é notícia e não é pelos melhores motivos.

O preço a pagar a mais quando se excede o consumo de 10 m³ por mês e se atinge o patamar dos 15 m³, contas feitas ao abastecimento, ao saneamento e aos resíduos, a autarquia do Fundão lidera na maior diferença: passa de 347,72 para 665,35 euros, desembolsando o consumidor mais 317,63 euros. Só no abastecimento, o salto é de 143,34 euros: de 183,15 para 326,49 euros.

E como existe indexação do consumo de água ao tratamento de efluentes e à recolha de resíduos sólidos, para valores de consumo superiores a 10 m³ de água por mês a coisa agrava-se e muito e o Fundão continua a destacar-se pela negativa.

Há 8 anos o Tribunal de Contas (TC) divulgou uma auditoria às concessões de água na qual recomendava um corte de 10% na remuneração acionista de vários operadores e a eliminação de cláusulas que transferiam os riscos exclusivamente para os concedentes públicos (as autarquias). .../... Apontava, em particular, o caso do Fundão, em que o risco de negócio da concessionária era extremamente reduzido ou quase nulo.

Mais, constatou que não foi elaborado, pelo município do Fundão qualquer estudo de viabilidade económica e financeira que sustentasse a opção por este modelo de gestão.

Há 5 anos atrás o Sr. Presidente da Câmara afirmava que a revisão do contrato de concessão entre o município e a empresa Aquafundália referente ao sistema de abastecimento de água em baixa era uma prioridade. Por isso perguntámos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal há 4 anos:

1. Em que ponto da renegociação nos encontrávamos?
2. Qual o valor da TIR (taxa interna de rentabilidade) acionista em vigor?
3. Onde e de que tipo foram realizados os investimentos a que a concessionária estava obrigada a fazer neste intervalo de tempo e que deveriam perfazer 8 milhões de euros?

Até hoje não obtivemos resposta conforme, assim, requeremos novamente **que nos sejam respondidas as questões agora colocadas.**



*aprovado
por unanimidade*
[assinatura]
2022/04/28

Assembleia Municipal do Fundão

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).

Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais.

Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública

(congelados há mais de 10 anos) como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos.

Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Assim, a Assembleia Municipal do Fundão reunida a 28 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Pedro Filipe Borges Fernandes Mesquita
Sónia Alexandra Laurence de Buxi Reis

Começo por deixar claro que CDU Fundão não discorda de forma alguma do formato em que decorreu a sessão solene do passado dia 25 de Abril. Posto isto, achamos importante condenar a forma como esta foi imposta pelo Sr Presidente da Câmara, com a aceitação pelo presidente de Mesa da Assembleia Municipal. Nem a Assembleia Municipal, nem a comissão permanente foram avisados da alteração do programa. Bastaria um telefonema, e evitar-se-ia uma instrumentalização de uma data que dispensava um episódio destes.

A inflação está a aí e, avisam os economistas veio para ficar. Primeiro, as causas apontadas foram as disrupções das cadeias de fornecimento causadas pela pandemia e agora temos a Guerra na Ucrânia.

Os preços da energia já subiram mais de 100%, o combustível 25%, o aço 25%, o pão 6%. Curiosamente, a EDP distribuiu 750ME a acionistas, a Galp aumentou em 400ME os lucros, a Arcelor Mittal aumentou em 13kME, e a Unilever 400ME. Coincidência? Claro que não.

É também curioso que a elasticidade das empresas em comportar os preços das matérias-primas só se verifica quando os preços sobem, como se verificou durante a pandemia, em que o preço do barril de petróleo baixou para menos de metade e o preço da gasolina não acompanhou nem de perto a diminuição. Podem apontar para os impostos, para o desfasamento temporal entre a compra e venda das matérias-primas, mas a verdade é que a narrativa da inflação é autogeradora – as grandes empresas anunciam que vão aumentar preços antes mesmo dos efeitos que dizem gerar esses aumentos de preços, aumentam os preços, e o aumento propaga-se ao longo da cadeia de valor. Interessante será saber qual o impacto esperado da inflação no concelho, tanto pelo aumento do custo de vida como pelas obras em curso que poderão parar.

Não é o pequeno agricultor, ou a mercearia de bairro que ganham com estes aumentos, muito pelo contrário, olhemos para as demonstrações de resultados das empresas cotadas em bolsas nos próximos anos e encontraremos aí quem realmente lucra.

O capitalismo vai sempre ter estes ciclos. Eles são inevitáveis para travar a tendência do lucro para cair. Da última vez, em 2008, foi pela diminuição dos salários, desta vez é pelo aumento dos preços. Saibamos fazer escolhas que nos permitam intervir: democratizar os sectores estratégicos, pondo os seus recursos ao serviço das populações e não o contrário.

Exmos Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa

Exmos Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores vereadores

Exmos senhores deputados municipais

Exmos senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Exmos senhores membros da comunicação social, aqui presentes

Bom tarde a todos!

Tencionava dedicar a minha primeira intervenção nesta Assembleia, a que os fundanenses me deram o privilégio de pertencer, a um tema que ficou particularmente exposto pelo contexto pandémico dos últimos dois anos.

Todavia, a tragédia que, desde o passado dia 24 de fevereiro, se abateu sobre o povo ucraniano e a forma como a comunidade do Fundão se mobilizou e posicionou na resposta humanitária ao conflito armado que já obrigou milhões de ucranianos a abandonarem o seu país, não me deixa dúvidas quanto à importância de, nesta ocasião, publicamente reconhecer e enaltecer o sentido que o Fundão está a dar à sua afirmação como *Terra de Acolhimento*, de solidariedade e de fraternidade.

É um facto que a visão do Município do Fundão e a sua aposta estratégica para se diferenciar, também, na resposta ao acolhimento a todos quantos encontram no seu território um destino para prosseguirem os seus projetos de vida, foi construída sem a realidade avassaladora que agora conhecemos.

Em todo o caso, não temos dúvidas em reconhecer que o ambiente, a estrutura e a capacidade que têm vindo a ser mobilizados para dar corpo a essa visão, foram essenciais para o Fundão dizer “presente” na resposta a esta crise humanitária e pudesse fazê-lo com o menor impacto negativo para as vítimas deste conflito.

Estamos perante mais um complexo desafio para a humanidade que o mundo moderno não imaginava possível. Um desafio que reforçou, em cada um de nós, o sentido da expressão “Acolhimento” e deixou claro o quão vulneráveis nos podemos tornar perante as circunstâncias que não controlamos, ao mesmo tempo que demonstrou como se tornou essencial os territórios estarem preparados para serem suporte uns dos outros perante fenómenos desta natureza.

Permitam-me, também aqui, manifestar o apreço pelo espírito solidário que recentemente mobilizou as coletividades Casa do Benfica do Fundão e o Nucleo Sportinguista do Fundão, e a tantos fundanenses a título individual, numa iniciativa que colocou o desporto e a cultura ao serviço da solidariedade para com a Ucrânia.

O Fundão, e não é demais sublinhá-lo, tem sabido estar à altura destes apelos e o Grupo parlamentar do PSD nesta assembleia agradece, publicamente, todas as manifestações individuais e coletivas em torno desta causa.

Neste movimento que já trouxe para o Fundão 237 requerentes de asilo, provenientes dos mais diversos países, é inevitável destacar a recém chegada comunidade ucraniana

e em particular as 89 crianças e jovens que entretanto já se encontram a frequentar o nosso sistema de ensino.

Permitam-me aqui, também, uma palavra de apreço para com a nossa comunidade escolar e para com os serviços públicos locais de saúde, segurança social, emprego, finanças e o próprio SEF que, em articulação com o Município do Fundão têm evidenciado assinalável empenho em garantir a agilidade, a eficácia, a multidisciplinaridade e a sensibilidade que estes processos exigem.

É nos indicadores que vão refletindo a autonomização destes novos fundanenses, a que a nossa economia local também está a corresponder com ofertas de emprego, que se torna evidente o mérito da estratégia, dos instrumentos e projetos que estão a ser desenvolvidos para a implementar, e do compromisso com a sua visão.

É sabido que o posicionamento do Fundão como *Terra de Acolhimento* tem outros destinatários que, nos últimos anos têm dado expressão a comunidades estrangeiras, espalhadas um pouco por todo o concelho.

De acordo com os dados publicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, já são mais de 1000 os estrangeiros registados no nosso concelho: estudantes dos países lusófonos, europeus que se identificam com o nosso território para desenvolver projetos alternativos e sustentáveis, trabalhadores temporários que respondem às necessidades emergentes das nossas empresas e quadros altamente qualificados, que se traduzem no recurso mais valioso para o hub tecnológico em formação na nossa cidade.

Todos eles, a par dos seus objetivos pessoais e profissionais, trazem mundo, talento, ambição, diversidade cultural, sonhos e muitas expectativas!

E se os escutarmos com atenção, como canta José Cid, sobretudo aqueles que cuja permanência no nosso território lhes permite estar com as famílias, percebemos que também têm inquietações. O acesso a uma oferta educativa diferenciada, porventura próxima dos padrões dos seus países de origem ou do mundo que conhecem, assim como a diversidade da oferta cultural a que se habituaram, são apenas um exemplo. Certamente que a atenção que o Fundão der a estes sinais, na medida do que estiver ao seu alcance, será um ganho para toda a nossa comunidade.

Este é um capital que o Fundão não pode desperdiçar! Por isso, tem pela frente um desafio cada vez maior.

Um desafio que a todos convoca, individual e coletivamente, na medida em que reconheçamos que **esta diversidade** que acolhemos constitui uma variável determinante para subtilmente combatermos a cruel realidade do inverno demográfico que, há décadas, ameaça, **este, e todos os territórios de baixa densidade**.

Uma variável que nos permite ter esperança de que é possível reconquistar atratividade e competitividade. De que é possível voltarmos a ser uma referência, em vários

domínios, e com isso contrariarmos a fraqueza das densidades e de uma localização periférica.

Desenganam-se aqueles que não vêm no caminho que o Fundão está a seguir a alternativa a uma cada vez mais difícil renovação geracional por via do saldo natural e, consequentemente, a única via para contrariar os cenários devastadores que as melhores perspectivas demográficas anunciam. Sem pessoas, ficam comprometidos serviços, infraestruturas e equipamentos, assim como fica, severamente, ameaçada a economia.

O Fundão, não pode perder esta oportunidade!

Disse,

Maria Clara de Sousa Ramos Mateus Diogo.

Intervenção de Luis Baptista do Partido Socialista no ponto relativo à "Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2021", na AMF de 28 de Abril 2022 –

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da AMF
 Exmo. Sr. Presidente da CMF
 Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Vereadores
 Sras. e Srs. Deputadas e Deputados a AMF
 Público presente na AMF
 Colaboradores que prestam apoio a AMF
 Meios de Comunicação Social presentes na AMF

Os meus cumprimentos,

Vemos mais uma vez que a execução de 2021 está extremamente dependente de dois fatores:

- a) A efetivação da receita em cada ano (em que apenas 36% correspondem a receitas próprias, e em que metade da mesma decorre de Impostos Diretos e Indiretos – IMI, IMT, Derrama, IUC);
- b) Espartilho da dívida e do FAM que só termina em 2048!

Mas vamos por partes:

- 1. A receita cobrada em 2021 vs 2020 + 1,3 Milhões face a 2020;
- 2. A despesa em 2021 vs 2020 + 1 Milhão face a 2020;
- 3. Saldo transitório foram mais 187 mil Euros face 2020.
- 4. Continuamos a verificar uma diminuição do Ativo superior a diminuição do Passivo, nomeadamente:
 - a. Ativo diminuiu 2,3 Milhões de Euros;
 - b. Passivo diminuiu 1,9 Milhões de Euros.

No passivo continuam a faltar 5 Milhões de Euros relativos à Provisões da Águas de Portugal, cujo Passivo Contingente ascenda já a cerca de 27 Milhões de Euros. No FAM estavam previstos apenas 19 Milhões para Passivos contingentes.

Ou seja, 60% dos fundos da CMF são de proveniência alheia (dívida).

- 5. Relativamente ao Investimento, a taxa de execução anual das GOP é de 75%, ou seja menos 5 Milhões de euros num total previsto de 20 Milhões de Euros da dotação corrigida, pois se tomarmos em linha de conta a dotação inicial era de 21 Milhões de euros (desvio de 6 Milhões de Euros), para 2021, representando mais uma vez o passar o investimento para anos subsequentes, de ressaltar:
 - a. Orçamento Participativo – 0%
 - b. Projeto Rio – 0% apesar de uma dotação residual para o ano 2021.
 - c. Economia Circular – 0%;
 - d. Eficiência Energética – 32% do previsto no ano

- e. Parcerias – 45% de execução previsto para o ano.
- f. Infraestruturas Básicas – Saneamento – 46%
- g. Requalificação de Cemitérios – 51%
- h. Requalificação Urbana – 53%
- i. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – 56% de execução (~ 900 mil Euros), bem como com um nível de execução global de 53%
- j. Ação Social e Equipamentos Sociais – 60%
- k. Planeamento Urbanístico e Promoção do Investimento – 62%
- l. Desporto – 62%
- m. Empreendedorismo, Inovação e Internacionalização – 65% de Execução no ano.
- n. Programa de Desenvolvimento Rural e Agricultura – 66% de execução (~2,2 M Euros)
- o. Promoção Cultural e Turística – 66%
- p. Melhoria de Edifícios Municipais – 66%
- q. Rede Viária e Sinalização – 66%
- r. Provere / Inature – 68%
- s. Transportes e Equipamentos – 69%
- t. Modernização Administrativa e Inovação – 77%
- u. Aquisição de Terrenos – 78%
- v. Educação – 82%
- w. Promoção do Investimento e Qualidade – 86%
- x. Proteção Civil – 88%
- y. Infraestruturas Básicas – Águas – 90%
- z. Programas Transnacionais – 95% do previsto no ano
- aa. Provere Aldeias Históricas – 95%
- bb. Programa de Apoio ao Arrendamento Comercial e Incubação – 95%
- cc. Parcerias e Cooperação (Coletividades e Juntas de Freguesia) – 95%
- dd. Infraestruturas Básicas - Higiene Pública – 98%

6. Relativamente ao Investimento, a **taxa de execução anual do Plano Plurianual de Investimentos é de 60%**, ou seja, **menos ~ 4,2 Milhões de euros num total previsto de ~ 10,5 Milhões de Euros**, pois se tomarmos em linha de conta a **dotação inicial era de 13 Milhões de euros**, para 2021 **teríamos um desvio de ~ 7 Milhões de Euros**.

7. Relativamente à Dívida existe uma **redução de 1,8 Milhões de Euros**, mas o **passivo que está subvalorizado apenas diminuiu 1,6 Milhões de Euros**, representando um **risco para exercícios futuros**, se conjugado com a **diminuição mais rápida do ativo (2,3 Milhões de Euros)**, como se constata.
Já no ano transato a diminuição do passivo tinha ficado muito aquém da diminuição da dívida.

ViverFundão

Factos relevantes:

- Mais ~178 k € de subsídio da CMF, em virtude da redução de atividade por causa do distanciamento derivado do COVID-19.
- As vendas diminuíram 122 k€.
- Gastos com pessoal subiram 105 k€ (+ 10 técnicos e 3 assistentes operacionais contratados em 2020).
- Subida dos encargos com juros em 6,5% (7 k€). Qual a razão?
- Em termos de tesouraria, o que aconteceu aos 400 K€ dos depósitos a prazo nas contas do ano passado, se não houve assim tão grande diferença de atividade por parte da VF?
- Qual(is) a(s) razão(ões), para continuar o não recebimento dos 550 k€ da Central de Biomassa. Qual o risco imparidade desse valor?

Posto isto, e não fosse o reforço do subsídio da CMF à VF, tínhamos um resultado líquido negativo de 60 K€

O Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima da Aldeia Histórica de Castelo Novo

Quem lê as primeiras 20 páginas deste documento (a contextualização do programa) pode ser levado a pensar que as 12 Aldeias Históricas são grandes urbes poluidoras.

Possíveis fontes de financiamento: Portugal 2030, PRR, Fundo Ambiental ou orçamento Próprio.

Numa breve estimativa (limites superiores de todos os intervalos exceto o último em que foi considerado o limite inferior) estas medidas podem exceder os 7 milhões 825 mil euros, sendo que mais de 2 milhões serão para incentivos de reabilitação urbana e eficiência energética de privados.

Se nada se fizer a redução de emissões também existe:

Tabela 29. Matriz de emissões - Emissões de CO₂ na AHP de Castelo Novo por setor (cenário "business-as-usual")

Setor	Emissões de CO ₂ (tCO _{2eq})			
	2011	2030	2040	2050
Edifícios, equipamentos e instalações municipais (Municipal)	6,31	13,62	12,57	11,60
Não residencial - não públicos (Serviços)	37,11	22,68	20,93	19,31
Residencial	161,88	128,14	112,42	98,63
Frota municipal (diesel)	1,48	1,40	1,44	1,49
Frota municipal (gasolina)	0,00	0,00	0,00	0,00
Iluminação pública	34,11	20,85	19,24	17,75
Total de emissões de CO₂	240,89	186,69	166,61	148,79
% de redução face a 2011		-27,32	-35,14	-42,07

Mas reduzem mais com as 24 medidas:

Tabela 30. Matriz de emissões - Emissões de CO₂ na AHP de Castelo Novo por setor (cenário com implementação de PAESC)

Setor	Emissões de CO ₂ (tCO _{2eq})			
	2011	2030	2040	2050
Edifícios, equipamentos e instalações municipais (Municipal)	22,29	8,25	7,01	5,61
Não residencial - não públicos (Serviços)	37,11	13,73	11,67	5,84
Residencial	161,88	67,30	40,38	24,23
Frota municipal (diesel)	1,48	0,00	0,00	0,00
Frota municipal (gasolina)	0,00	0,00	0,00	0,00
Iluminação pública	34,11	20,20	17,17	13,73
Total de emissões de CO₂	258,86	109,48	78,23	49,41
% de redução face a 2011		-57,36	-70,32	-80,76

Enfim, um retrato de Portugal. Claramente as emissões de CO₂ em Castelo Novo não são um grande problema, o grande problema é sim o seu despovoamento que aliás a camara considera irreversível pelas previsões que faz neste plano de ação.

O que Castelo Novo precisa é que se olhe para o sul da Gardunha de outra forma, tantos em termos turísticos como em relativamente aos setores produtivos da economia. Não se percebe

com esta aldeia histórica, situada a 1km de uma saída de autoestrada tenha tão poucos visitantes, não se percebe que as potencialidades turísticas de Alpedrinha, a 3km de Castelo Novo, sejam ignoradas por completo e que não se “venda” o queijo e a fruta de toda esta zona em conjunto.

Esperamos que O Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima da Aldeia Histórica de Castelo Novo e com as suas medidas de 8 milhões de euros, seja aquilo que parece, uma desculpa para ir buscar financiamento europeu no sentido de se fazer bem mais e melhor por aquele território e não sirva apenas para recuperar as casas de alguns habitantes escolhidos.